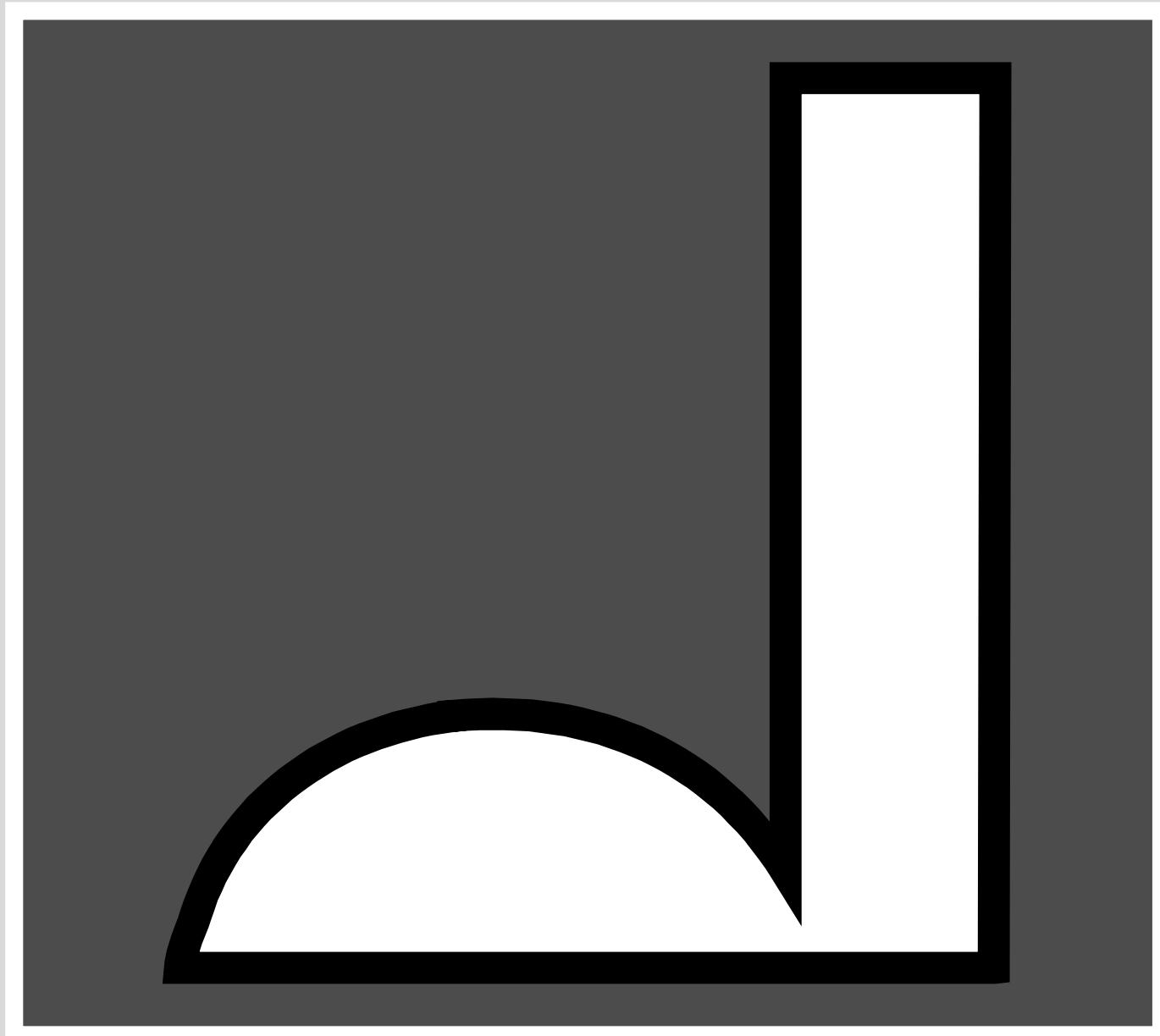




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – N° 112 – QUARTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2002 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente ⁽³⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS 1º Vice-Presidente Edison Lobão – PFL – MA 2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares – PSB – SE 1º Secretário Carlos Wilson – PTB – PE 2º Secretário Antero Paes de Barros – PSDB – MT	3º Secretário ⁽⁶⁾ Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva – PMDB – PI 2º Marluce Pinto – PMDB – RR 3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE 4º Vago ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor ⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos ⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores ⁽²⁾ Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS Gerson Camata – PMDB – ES Bernardo Cabral – PFL – AM Eduardo Siqueira Campos – PSBD – TO Jefferson Péres – Bloco Oposição – AM	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Artur da Távola Vice-Líder Romero Jucá Eduardo Siqueira Campos Luiz Otávio LIDERANÇA DO PMDB – 23 Líder Renan Calheiros Vice-Líderes Nabor Júnior Gilberto Mestrinho Juvêncio da Fonseca Gilvam Borges Marluce Pinto Amir Lando Alberto Silva Vago	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16 Líder Geraldo Melo Vice-Líderes Vago Romero Jucá Vago Freitas Neto Vago LIDERANÇA DO PFL – 18 Líder José Agripino Vice-Líderes Francelino Pereira Romeu Tuma Leomar Quintanilha Moreira Mendes Maria do Carmo Alves Bello Parga LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 10 Líder Eduardo Suplicy Vice-Líderes Emilia Fernandes Tião Viana Roberto Freire	LIDERANÇA DO PDT – 5 Líder Sebastião Rocha Vice-Líder Álvaro Dias LIDERANÇA DO PTB – 5 Líder Carlos Patrocínio Vice-Líder Arlindo Porto LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder Ademir Andrade Vice-Líder Paulo Hartung LIDERANÇA DO PL – 1 Líder José Alencar

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) O Senador Nilo Teixeira Campos deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 114^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 562/2002, de 10 de setembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 443, de 2002, do Senador Francisco Escórcio. Ao Arquivo.....

18405

Nº 874/2002, de 12 de setembro último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 408, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo.....

18405

Nº 935/2002, de 11 de setembro último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 421, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo.....

18405

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que regulamenta o exercício das profissões de cabeleireiro, barbeiro, manicure, pedicure, esteticista e massagista. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.....

18405

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 1999, de autoria do Senador Romeu Tuma, que dá nova redação e acrescenta parágrafo ao art. 187 do Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para autorizar ao defensor levantar questões de ordem e sentar-se ao lado do acusado, inclusive nos processos do Tribunal do Júri, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados. ...

18408

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado

nº 249, de 2000, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que altera os arts. 33 e 90 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre pesquisas e testes pré-eleitorais, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.

18408

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2000, de autoria do Senador Tião Viana, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, no que respeita à aplicação da pena de cassação de outorga de serviço de radiodifusão, rejeitado terminativamente pela Comissão de Educação. Ao Arquivo.

18408

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2002, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que adota a Baleia Franca como Símbolo Nacional do Ecoturismo, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.

18408

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2002 (nº 4.860/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (entroncamento com a BR-020 ao entroncamento com a BR-040, no Distrito Federal). Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

18408

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 62, de 2002, de autoria do Senador Bello Parga, que altera os arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre sessão especial e comemoração especial. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

18408

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2002, de autoria do Senador

Luiz Otávio, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Comando do Exército Brasileiro. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....

18408

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Críticas à gestão do PT em Mato Grosso do Sul. Denúncia do uso da máquina administrativa pelo Governador Zeca do PT, candidato à reeleição. ...

18409

SENADOR MAURO MIRANDA – Análise das propostas apresentadas no primeiro turno das eleições presidenciais a respeito da questão da moradia e da reforma urbana. Apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República. Elogios ao Projeto Moradia, constante do programa do PT.

18412

1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Transcrição de carta de congratulação endereçada ao ex-Presidente dos Estados Unidos da América,

Jimmy Carter, pelo recebimento do Prêmio Nobel da Paz 2002..... 18414

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Ata da 4ª Reunião, realizada em 2 de setembro de 2002.....

18416

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA**4 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON – JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 114ª Sessão Não Deliberativa em 15 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nabor Júnior, Mauro Miranda e Moreira Mendes

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 562/2002, de 10 de setembro último, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 443, de 2002, do Senador Francisco Escórcio. Ao Arquivo.

Nº 874/2002, de 12 de setembro último, do Ministro de Estado da Saúde, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 408, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo.

Nº 935/2002, de 11 de setembro último, do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 421, de 2002, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Com referência ao Requerimento nº 443, de 2002, as informações foram encaminhadas ao requerente, Senador Francisco Escórcio, através do gabinete do Senador Bello Parga.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2002

Regulamenta o exercício das profissões de cabeleireiro, barbeiro, manicuro, pedicuro, esteticista e massagista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício das profissões de cabeleireiro, barbeiro, manicuro, pedicuro, esteticista e massagista é regulamentado por esta Lei.

Art. 2º O exercício das profissões de cabeleireiro ou barbeiro é privativo:

I – dos portadores de comprovante de habilitação em cursos ministrados por instituições públicas ou privadas;

II – daqueles que comprovem estar exercendo efetivamente a profissão, à data da publicação desta lei, há pelo menos três anos.

Art. 3º Constituem atividades específicas das profissões de cabeleireiro ou barbeiro:

I – executar o embelezamento e tratamento de cabelos e corte de barba em salões de cabeleireiro, institutos de beleza e estabelecimentos similares;

II – aconselhar os clientes sobre o embelezamento e tratamento de cabelos;

III – efetuar o embelezamento e tratamento de cabelos, utilizando os processos e as técnicas adequadas e selecionando o equipamento, os utensílios e os produtos necessários;

IV – proceder à lavagem do cabelo, selecionando e aplicando os produtos adequados a cada tipo de cabelo;

V – realizar colorações e descolorações de cabelo, preparando a tinta ou descolorante, aplicando o produto e vigiando o tempo de sua atuação, em função do tipo de cabelo e da cor pretendida;

VI – realizar permanentes e alisamento de cabelos;

VII – executar massagens de tratamento do couro cabeludo, por processos manuais ou mecâni-

cos, aplicando os produtos adequados e utilizando as técnicas específicas a cada tipo de tratamento:

VIII – aplicar perucas e apliques;

IX – raspar, cortar e aparar barbas e bigodes por processos e técnicas específicos utilizando navalhas, tesouras e outros utensílios e produtos apropriados;

Art. 4º O exercício da profissão de manicuro é privativo:

I – dos portadores de comprovante de habilitação em cursos ministrados por instituições públicas ou privadas;

II – daqueles que comprovem estar exercendo efetivamente a profissão, à data da publicação desta Lei, há pelo menos três anos.

Art. 5º Constituem atividades específicas da profissão de manicuro:

I – executar cuidados estéticos das unhas em salões de cabeleireiro, institutos de beleza e estabelecimentos similares;

II – efetuar o embelezamento de unhas, tendo em conta as suas características e eventuais alterações e patologias existentes:

a) cortar, limar, desbastar e polir as unhas e massagear, remover e repelir as cutículas, utilizando, nomeadamente tesouras, limas, polidores, alicates, removedores e afastadores de cutículas;

b) executar a pintura das unhas, aplicando com pincel, base de verniz, verniz e secante pretendidos;

c) executar embelezamentos específicos de unhas, nomeadamente, aplicação de unhas postiças, correção e escultura de unhas e pinturas artísticas.

Art. 6º O exercício da profissão de pedicuro é privativo:

I – dos portadores de comprovante de habilitação em cursos ministrados por instituições públicas ou privadas;

II – daqueles que comprovem estar exercendo efetivamente a profissão, à data da publicação desta lei, há pelo menos três anos.

Art. 7º Constituem atividades específicas da profissão de pedicuro:

I – executar cuidados estéticos dos pés em salões de cabeleireiro, institutos de beleza e estabelecimentos similares;

II – atender clientes e aconselhá-los sobre o tipo de cuidado estético a efetuar:

a) examinar as zonas da pele e unhas a cuidar, utilizando processos adequados de análise, de forma a adequar os cuidados estéticos a prestar;

b) prestar informações sobre o tipo de cuidados estéticos realizados e as diferentes técnicas utilizadas, sugerindo aqueles que mais se adequam a cada cliente;

c) indicar cuidados a seguir e produtos de cosmético a utilizar, como forma de prevenir e/ou corrigir determinadas alterações.

III – efetuar o embelezamento e higienização de unhas, tendo em conta as suas características e eventuais alterações e patologias existentes;

IV – proceder a cuidados estéticos da pele dos pés, tendo em conta as características da pele e eventuais alterações e patologias existentes:

a) executar o tratamento de calosidades e espessamentos, raspando e lixando com utensílios apropriados as zonas da pele a cuidar;

b) executar limpezas de pele e tratamentos de pele desidratada e desvitalizada dos pés, efetuando esfoliações e aplicando máscaras, parafinas e outros envolvimentos;

V – executar massagens dos pés, adotando manobras de massagem específicas, nomeadamente, ativantes, relaxantes e drenantes.

Art. 8º O exercício da profissão de esteticista é privativo:

I – dos portadores de comprovante de habilitação em cursos ministrados por instituições públicas ou privadas;

II – daqueles que comprovem estar exercendo efetivamente a profissão, à data da publicação desta Lei, há pelo menos três anos.

Art. 9º Constituem atividades específicas da profissão de esteticista:

I – efetuar tratamentos estéticos, por processos manuais e mecânicos, em institutos de beleza e estabelecimentos similares;

II – atender clientes e aconselhá-los sobre o tipo de cuidado estético a efetuar:

a) examinar as zonas da pele a cuidar, utilizando processos adequados de análise, de forma a adequar os cuidados estéticos a prestar;

b) prestar informações sobre o tipo de cuidados estéticos a serem realizados e as diferentes técnicas utilizadas, sugerindo aqueles que mais se adequam a cada cliente;

c) indicar cuidados a seguir e produtos cosméticos a utilizar como forma de prevenir e/ou corrigir determinadas alterações diagnosticadas.

III – efetuar massagens de estética, utilizando processos manuais e equipamento elétrico, aplicando

as técnicas adequadas e selecionando os equipamentos, os utensílios e os produtos apropriados;

IV – executar massagens de rosto e de como, procedendo à sua limpeza e adotando manobras e equipamento elétrico de massagens específicas, nomeadamente, anti-celulíticas, hiperemiantes, relaxantes e drenantes;

V – efetuar depilações, colorações e descolorações de pêlos, utilizando as técnicas adequadas e selecionando os equipamentos, os utensílios e os produtos apropriados;

VI – efetuar maquiagens de rosto e de corpo, utilizando as técnicas adequadas e selecionando os equipamentos, os utensílios e os produtos apropriados;

VII – efetuar tratamentos estéticos do rosto, utilizando as técnicas adequadas e selecionando os equipamentos, os utensílios e os produtos apropriados:

a) selecionar o tipo de tratamento estético adequado às características e estado da pele do rosto;

b) executar tratamentos estéticos da pele do rosto, nomeadamente, limpeza profunda da superfície cutânea, tratamentos de pele desidratada e desvitalizada, limpeza da pele com acne e bronzeamento da pele, efetuando, de acordo com o tipo de tratamento, de maquiagens, esfoliações e desincrustações da pele, vaporizações e pulverizações com produtos adequados, massagens faciais, aplicação de máscaras e de outros produtos cosméticos, preparação da pele à exposição do sol e sessões de bronzeamento.

Art. 10. O exercício da profissão de massagista é privativo:

I – dos portadores de comprovante de habilitação em cursos ministrados por instituições públicas ou privadas;

II – daqueles que comprovem estar exercendo efetivamente a profissão. À data da publicação desta lei, há pelo menos três anos.

Art. 11. Constituem atividades específicas da profissão de massagista:

I – efetuar massagens de estética, por processos manuais, em institutos de beleza e estabelecimentos similares;

II – efetuar massagens de estética, utilizando processos manuais, aplicando as técnicas adequadas e selecionando os equipamentos, os utensílios e os produtos apropriados:

a) executar massagens de rosto e de como, adotando manobras de massagem específicas, no-

meadamente, anti-celulíticas, hiperemiantes, relaxantes e drenantes;

b) executar massagens de mãos e pés, procedendo à sua limpeza e adotando manobras de massagem específicas, nomeadamente, ativantes, relaxantes e drenantes;

c) executar massagens do couro cabeludo, adotando manobras de massagem específicas, nomeadamente, drenantes e relaxantes.

Art. 12. O exercício das profissões de que trata esta Lei depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho competente.

Art. 13. A concessão do registro dar-se-á mediante a apresentação, pelo interessado, dos seguintes documentos, comprovando:

I – identidade;

II – estar em dia com as obrigações eleitorais;

III – quitação com o serviço militar.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Hoje em dia, muitos propõem a regulamentação das profissões via negocial, onde as regras e condições de trabalho de natureza profissional seriam demarcadas por intermédio do entendimento entre os interessados. Argumentam os defensores desta idéia que seria improutivo fazer da negociação coletiva o grande instrumento jurídico para criar normas e condições de trabalho e, ao mesmo tempo, continuar preservando as regulamentações de profissão pela via legal.

Não é demais enfatizar, porém, que a regulamentação legal das profissões integra a tradição de nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, com a finalidade de disciplinar certas profissões, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Convém salientar que a extensão do manto protetor do Direito do Trabalho aos ofícios existentes tem a finalidade, não de conceder privilégios aos seus membros, mas de discriminá-los dos direitos e deveres de seus exerceentes. Por outro lado, o exercício de qualquer atividade remunerada, sem estar devidamente sistematizada e disciplinada em lei, corre o risco de acarretar várias distorções e problemas sociais.

No contexto da nossa sociedade, é até desnecessário ressaltar o valor dos profissionais da estética corporal onde os cuidados corporais são parte inte-

grante da vida social contemporânea e influenciam diretamente no desempenho e sucesso das pessoas.

O presente projeto atende ainda a justa reivindicação dos profissionais da estética corporal que anseiam há muito tempo pela regulamentação de seus ofícios.

Pelas razões expostas, estamos convencidos que a iniciativa merecerá o acolhimento dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2002. – **Morreia Mendes**

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou, na sexta-feira última, o prazo para interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 467, de 1999**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que dá nova redação e acrescenta parágrafo ao art. 187 do Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689, de 1941, para autorizar ao defensor levantar questões de ordem e sentar-se ao lado do acusado, inclusive nos processos do Tribunal do Júri.

Aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou, na sexta-feira última, o prazo para interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2000**, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que altera os arts. 33 e 90 da Lei nº 9.504, de 1997, que dispõe sobre pesquisas e testes pré-eleitorais.

Aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou, na sexta-feira última, o prazo para interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2000**, de autoria do Senador Tião Viana, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 236, de 1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 1962, no que respeita à aplicação da pena de cassação de outorga de serviço de radiodifusão.

Rejeitado terminativamente pela Comissão de Educação, o projeto vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou, na sexta-feira última, o prazo para interposição de recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2002**, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que adota a Baleia Franca como Símbolo Nacional do Ecoturismo.

Aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou, na sexta-feira última, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2002** (nº 4.860/2001, na Casa de origem) que altera a Lei nº 5.917, de 1973 (entroncamento com a BR-020 ao entroncamento com a BR-040, no Distrito Federal).

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou, na sexta-feira última, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 62, de 2002**, de autoria do Senador Bello Parga, que altera os arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre sessão especial e comemoração especial.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que encerrou, na sexta-feira última, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2002**, de autoria do Senador Luiz Otávio, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei nº 8.977, de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Comando do Exército Brasileiro.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca, por cessão do nobre Senador Nabor Júnior, por 20 minutos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PMDB – MS)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, encerrada a primeira fase das eleições, o Estado de Mato Grosso do Sul, mais uma vez, surpreende. Nas últimas semanas da campanha eleitoral, os índices de pesquisas indicavam que o controvertido Governador José Orcírio Miranda dos Santos seria reeleito tranquilamente para mais um mandato, com larga vantagem de votos.

Tudo corria a seu favor. Controlando a máquina pública, o Governador montou uma estrutura para aliar eleitores jamais vista na história do Estado. Com um programa de última hora de distribuição de cestas-básicas, que atende a milhares de famílias do Estado, e de posse de uma eclética aliança com partidos conservadores, constituiu-se, assim, um rolo compressor considerado imbatível, que atraiu os temerosos, intimidou os indecisos e acuou parcela significativa das oposições em todos os municípios.

Utilizando métodos pouco recomendáveis à ética política, o Governador capitaneou alegremente uma festa milionária, contratando milhares de cabos eleitorais, utilizando farto e sofisticado material de publicidade e promovendo eventos grandiosos, algo considerado incompatível e inesperado para um Partido que foi construído com a luta de uma militância aguerrida e extremamente crítica das mazelas da classe política.

Isso terminou escandalizando toda a sociedade sul-mato-grossense, levando, inclusive, o seu próprio Vice-Governador a considerar, em um debate na televisão, que a campanha do PT havia ultrapassado todos os limites e imposto um acintoso método de conquista de votos, na contramão do discurso de que o Estado vive com dificuldades intransponíveis em decorrência dos erros dos governantes do passado.

O resultado não poderia ser outro: para quem esperava uma vitória estrondosa e jactava-se não ter adversários à altura, o Governador, no último dia 06, teve a primeira resposta sobre o que a sociedade estava achando daquela maneira antiga e equivocada de se fazer política. A população de Mato Grosso do Sul, de maneira categórica e inofismável, deu-lhe o primeiro basta, impondo-lhe um segundo turno, sinalizando que está incuso o preparo da sua frigorosa derrota no próximo dia 27 de outubro.

Na verdade, é preciso que fique bem claro, nesta Casa, que o Governador Zeca do PT começou a construir o seu fracasso recente desde o primeiro dia da sua posse, em 1º de janeiro de 1999. De lá para cá, os quatro anos de administração do Governo do PT,

em Mato Grosso do Sul, vêm sendo uma celebração fantasiosa do nada sobre coisa nenhuma. O Governador se notabilizou como um grande construtor de castelos de nuvens, lançando obras e programas que não saem do papel, inaugurando prédios públicos vazios e sem equipamentos, sustentando-se politicamente por meio de insultos e críticas inflamadas aos governos passados.

É forçoso reconhecer que a polêmica imagem nacional que o Governador construiu nos últimos tempos, internamente, entre a população sul-mato-grossense, não corresponde aos fatos. Tanto que hoje ele se desespera quando percebe que se aproxima o final do seu mandato, surpreendido, perplexo e atordoado, com os últimos resultados eleitorais. Teme-se que o seu desespero faça aprofundar a crise financeira do Estado por intermédio de acordos e compromissos que os combalidos cofres públicos não tenham condições de suportar.

É preciso reconhecer, porém, que o Governador Zeca do PT chegou ao Governo de Mato Grosso do Sul num momento de verdadeira inflexão histórica. A idéia de ruptura e superação do modelo e das estruturas arcaicas existentes no Estado embalou o sonho de que o PT poderia representar as mudanças aspiradas e reivindicadas por todos.

O Governador Zeca do PT fez com que o eleitorado acreditasse que ele aprofundaria o viés ético clamado pela maioria da sociedade e, com isso, transformaria a base econômica, fundando um novo pacto político além de inaugurar um processo inédito de desenvolvimento econômico.

Para surpresa geral, o tempo mostrou que era tudo fantasia. As promessas de mudança eram obra de ficção. Tanto que o primeiro ato do Governador foi na vertente contrária à moralização dos costumes: começou com a nomeação de parentes – estabelecendo e aprofundando a prática do nepotismo como nunca se vira antes. Em seguida, por inabilidade e inexperiência administrativa, contratou, em poucos meses, milhares de militantes e, com isso, deu início a sucessivos atrasos salariais do funcionalismo público, privilegiando o pagamento de fornecedores e empreiteiras, prática que sempre havia condenado quando exercia mandato de Deputado Estadual.

Vergonha nacional, no entanto, para todos os petistas foi o fato de o Governador ter aceito convite da empreiteira que construiu a ponte sobre o rio Paraguai, para visitar o nordeste com hospedagem e toda moradia pagas. Um escândalo que ninguém esquece.

Ao mesmo tempo, beneficiado pela nova política de variação cambial, ufanava-se de que seu governo

era responsável por aumentos de arrecadação, quando, na verdade, era simplesmente o reflexo combinado da modernização da máquina arrecadadora, colocada em prática por sucessivas administrações anteriores, e do impacto da alta do dólar e dos preços das tarifas públicas sobre os valores nominais do ICMS. Além disso, a partir de seu primeiro ano de mandato, começou a receber os benefícios oriundos do funcionamento do gasoduto Brasil-Bolívia, o que acrescentou um aumento de arrecadação de mais de 10% no ICMS. Mesmo assim, o Governador, espertamente, sugeriu, à maneira dos populistas e demagogos, que parcela ponderável do aumento da arrecadação era resultado da moralização de sua administração.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, inaugurou-se, em Mato Grosso do Sul, a fase do discurso único do PT. Todas as mazelas do Estado passaram a ser responsabilidade do passado e todo o repositório de esperança num futuro promissor, que nunca chegava, passou a ser patrimônio exclusivo do Partido dos Trabalhadores.

Gerindo inadequadamente as finanças do Estado, o Governo do PT, no segundo ano de mandato, após a derrota acachapante nas eleições municipais de Campo Grande, decidiu priorizar o pagamento de salários do funcionalismo, utilizando um mecanismo curioso: realizavam-se empréstimos individuais em nome de cada funcionário público, por intermédio do Banco do Brasil, com a promessa de que nos meses posteriores amortizaria o débito com os juros correspondentes.

Por incrível que pareça, nos meses seguintes, os funcionários foram surpreendidos com a cobrança dos juros de seus vencimentos, numa quebra de promessa, que hoje é a principal marca do PT, no poder em Mato Grosso do Sul – muito discurso e pouca ação.

Mas as eleições municipais terminaram, sendo o momento de desmistificação do PT. Logo após o pleito, começaram a surgir denúncias de desvio de recursos públicos para os cofres de campanha. De todas elas, a mais escandalosa foi aquela que marcou o desvio de R\$4 milhões, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – o FAT –, drenado sorrateiramente para campanhas eleitorais de candidatos a Vereadores do PT.

O assunto mereceu investigações do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas da União e da Polícia Federal. Os relatórios produzidos até o momento confirmam os desvios de dinheiro e o Ministério do Trabalho até hoje mantém suspensos os repasses de recursos do FAT para Mato Grosso do Sul, que somam mais de R\$35 milhões este ano.

Observem bem que essa manipulação do FAT, da maneira mais acintosa, com uma corrupção evidente, está trazendo prejuízos profundos para o tra-

balhador de Mato Grosso do Sul. Isso porque, só neste ano, em razão dessa constatação, não foram repassados R\$35 milhões para a qualificação dos trabalhadores.

Pasmem, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Partido dos Trabalhadores, em nenhum momento, teve escrúpulo quando utilizou dinheiro para treinamento e qualificação de trabalhadores, condição essencial para a melhoria das condições de trabalho, geração de renda e desenvolvimento social do Estado. Não titubeou, em nenhum momento, em prevaricar, deixando claro para a sociedade sul-mato-grossense que, quando se trata de utilização de recursos públicos para a manutenção do poder, não mede consequências de seus atos, muito menos se preocupa com as questões afetas à redução da exclusão social.

O que mais se estranha em todo o escândalo do FAT são as desculpas do Governador Zeca do PT, quando procurado pela imprensa para falar sobre o assunto. Ele sempre diz que tomou providências, demitiu os envolvidos, abriu sindicâncias e moralizou os procedimentos no âmbito da organização interna da gerência dos recursos do FAT.

Confrontando essas informações com a realidade, acabamos tendo dúvidas sobre as verdadeiras intenções do Governador. É que os dois personagens envolvidos diretamente nos escândalos, demitidos do Governo quando tudo veio à tona, são auxiliares diretos do Governador em sua campanha eleitoral no Estado.

Na verdade, o Governador não puniu exemplarmente os funcionários envolvidos no escândalo do FAT e, sim, os escondeu, colocando-os sob o seu manto protetor, longe dos olhares da sociedade e da imprensa. Não é preciso ser muito perspicaz para compreender que, na verdade, o Governador está tentando salvaguardar interesses estranhos, quando, de certa forma, promove e garante a impunidade daqueles que foram flagrados cometendo atos ilícitos. O caso é gravíssimo.

Assim, ao longo dos últimos anos, o Governador vem sendo objeto de suspeição e desconfiança de vários setores da sociedade, a despeito dos gastos crescentes com propaganda, em valores que superam os de inúmeros programas sociais. Mas, mesmo assim, durante todo o tempo, sabia-se aqui e acolá de negócios nebulosos engendrados pelo Gabinete do Governador, com uso farto de verbas secretas para atividades suspeitas de espionagem e segurança.

Tudo isso vem formando um verdadeiro caldo de boatos, no qual verdade e ficção se misturam no imaginário popular, não se sabendo sobre tudo o que de fato ocorre nos escuros corredores do Poder, em Mato Grosso do Sul. Uma coisa, porém, é certa: o que

se tem claro é que o PT hoje em Mato Grosso do Sul se desmorona, suscitando em todos os segmentos sociais a desconfiança sobre até que ponto deve-se acreditar no tão propalado apego à ética do Partido. Isto é o mais grave: a disseminação crescente da descrença naqueles valores tão defendidos no passado pelo Partido demonstra claramente que o PT de Mato Grosso do Sul diz uma coisa e faz outra.

No decorrer da campanha eleitoral, como muitos aqui se recordam, o jornal **Folha de S.Paulo** publicou denúncia com base em relatório elaborado por um grupo de promotores do Ministério Público Estadual, no qual implicava o Governador e vários de seus ex-assessores com uma quadrilha de roubo de veículos.

Reconheço que o conteúdo das denúncias era exagerado. Seria impensável e inaceitável que o Governador pudesse descer a um nível tão baixo. As várias reportagens que se sucederam sobre o assunto – ensejando inclusive, por força de decisão do Tribunal Superior Eleitoral, em publicação de direito de resposta do Governador – não tiveram repercussão pública e eleitoral no Estado pelo simples motivo de que as suspeitas ali contidas eram demasiadamente inconsistentes e fruto das dimensões fantasiosas provocadas pela ânsia de denuncismo que, felizmente, cada vez menos, atinge o Ministério Público.

Mas, mesmo assim, Sr^{as}. e Srs. Senadores, não podemos deixar de considerar que coisas como essa, muitas vezes lançadas ao público de maneira maliciosa e injusta, sem base em fatos reais, nutre-se de um ambiente de onde se imagina que aconteça todo e qualquer tipo de promiscuidade.

A idéia crescente que a sociedade de Mato Grosso do Sul faz do Governo do Estado é de uma miórdia de voluntarismo, inconseqüência e falsa esperança. O resultado desse processo de desgaste intenso não poderia ser outro: a população de Mato Grosso do Sul quer mudanças. A sociedade de Mato Grosso do Sul está manifestando mais uma vez o desejo de renovação. A opinião pública sul-mato-grossense emitiu pelas urnas, no último dia 06 de outubro, um sinal extremamente significativo: não quer mais o PT no comando do Executivo Estadual.

Tanto que, mesmo com o uso pesado da máquina pública, com o poder coercitivo para intimidar e dobrar consciência, o Governador está sendo levado a uma disputa no segundo turno, na qual, fatalmente, será derrotado pela nossa coligação partidária, liderada pela Deputada Marisa Serrano, educadora de conduta serena, mas forte no combate aos desvios éticos da gestão pública.

Diante disso, é preciso ressaltar um fato extremamente importante: a campanha eleitoral levada a cabo por Marisa, no primeiro turno, foi de uma modéstia franciscana. Ela não contava com recursos para contratar cabos eleitorais, sua propaganda era modesta e as inserções no rádio e televisão receberam inclusive críticas dos correligionários pela simplicidade e ausência de grandes produções cinematográficas, tão largamente utilizadas pelo PT.

Mesmo assim, pouco a pouco as propostas de Marisa foram conquistando os eleitores e sua mensagem foi sendo compreendida, muito mais em função da honestidade com que eram feitas, sem retoques e pirotecnia, do que pelos truques televisivos dos marqueteiros.

Aos poucos a maioria dos prefeitos municipais aderiram maciçamente à sua campanha e, como num arrastão de consciência cívica, Marisa chegou ao final da campanha com uma votação que surpreendeu todo o País. Foi a revelação da fragilidade moral da administração Zeca do PT.

Esses são os fatos. Hoje o Estado inteiro está sendo tomado por uma onda chamada Marisa Serrano. Hoje está claro para o eleitorado do Estado que o Governo do PT é um castelo de areia. O Governador não tem propostas, não tem idéias, não tem preparo suficiente para enfrentar o desafio que os novos tempos estão impondo diante de um mundo que se transforma todos os dias, a todo momento, exigindo dos governantes espírito aberto e muita criatividade. O povo quer governantes empreendedores, honestos, experientes e transparentes.

Ontem, Sr^{as}. e Srs. Senadores, mais uma vez, a candidatura da Deputada Marisa Serrano surpreendeu o Mato Grosso do Sul. Os dois partidos que, nas eleições de 1998 estiveram ao lado do Governador, o PDT e o PPS, decidiram somar forças com o PSDB e o PMDB para derrotar o PT no Estado. O ato tem um simbolismo que fala por si próprio. O Vice-Governador é o líder dessa rebelião ética, inconformado com os rumos do Estado.

O erro crucial do Governador Zeca do PT é que ele é um homem que não conseguiu deixar de se nutrir do passado. Ele esqueceu o que é o futuro e não tem competência para oferecer perspectiva para Mato Grosso do Sul. Sua soberba obscureceu-lhe o bom senso. Sua arrogância está cada vez mais sendo repudiada pela sociedade sul-mato-grossense. Sua inaptidão para governar evidencia-se a olhos vistos, e, aos poucos, está ficando claro que o seu mandato está chegando ao fim.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, temos um potencial imenso e uma posição geoestratégica privilegiada. Todos os indicadores mostram que estamos fadados ao desenvolvimento. Mas é preciso que a máquina pública seja administrada com eficiência e sabedoria para nos colocar no rumo do crescimento. Definitivamente, não é o Governo do PT que fará isso. Os eleitores, no próximo dia 27, darão os primeiros sinais da mudança. O fim do desgoverno do PT em Mato Grosso do Sul se aproxima. A sociedade está sinalizando que deseja construir um Mato Grosso do Sul diferente,

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

O Sr. Mauro Miranda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a questão da moradia, há mais tempo do que se imagina, é parte integrante e essencial da Agenda Nacional. O processo de urbanização acelerado por que passou o Brasil não foi acompanhado dos necessários investimentos em infra-estrutura e saneamento básico. O resultado é o caos urbano em que vivemos. Periferias inchadas e desprovidas das mínimas condições de saneamento impedem o desenvolvimento pleno das potencialidades dos indivíduos e da própria comunidade.

Diante de um quadro social tão delicado, questões como política habitacional e reforma urbana finalmente receberam uma atenção especial dos candidatos no primeiro turno das eleições presidenciais. E já não era sem tempo, pois não se podem imaginar avanços nas áreas de geração de empregos e combate à violência, tão alardeados pelos candidatos, sem que ocorra a reorganização das nossas cidades. Do jeito como está, simplesmente não dá!

Agora, se a realidade ainda está longe de ser a dos nossos sonhos, pelo menos as distorções técnicas começaram a ser reduzidas com a inclusão da moradia nos direitos sociais elencados no art. 6º da Constituição Federal, em virtude da aprovação de emenda constitucional de minha autoria. Dessa for-

ma, o direito à moradia passou a ser uma condição de cidadania tão importante quanto os já consagrados direitos à saúde, à educação e ao trabalho. Tornou-se obrigação do Estado! A questão habitacional passou a ser objeto forçoso das políticas públicas, aumentando a responsabilidade estatal para com a população.

Outras evoluções ocorreram no âmbito da legislação ordinária. Gostaria de destacar a aprovação da Lei nº 10.257, de 2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade. Essa lei, de cujo projeto tive a honra de ser Relator aqui no Senado, prevê medidas, algumas delas revolucionárias, para a gestão do espaço urbano.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Mauro Miranda?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Com todo o prazer, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Quero cumprimentá-lo, Senador Mauro Miranda, exatamente porque conheço o seu trabalho como Relator dessa matéria. Não queria deixar passar a oportunidade para fazer este registro e, ao mesmo tempo, reconhecer a justiça com que V. Ex^a se houve no desempenho dessa missão. Meus cumprimentos pela relatoria que V. Ex^a tão bem desempenhou!

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. Agradeço-lhe as palavras, que muito me honram.

Medidas como o IPTU progressivo e o usufruível coletivo são instrumentos hábeis para reduzir as distorções que observamos em nossas cidades, resultando em um benefício urgente e concreto para o cidadão: a redução do preço do lote nos médios e grandes Municípios. Sem essa redução, Sr^{as}s e Srs. Senadores, pouco ou praticamente nada poderá ser feito para que a tão sonhada reforma urbana seja efetivamente colocada em prática.

Feitas essas considerações, Sr^{as}s e Srs. Senadores, retomo o ponto de partida deste pronunciamento: a sucessão presidencial, que ora se desenrola em seu segundo turno. Na qualidade de Presidente da Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, da Comissão de Assuntos Sociais, tive a oportunidade de participar de praticamente todas as ações patrocinadas pelo Poder Legislativo; em alguns casos, na posição de protagonista. Desse modo, a experiência que acumulei em questões habitacionais me permite, acredito, tecer alguns comentários acerca das propostas dos candidatos à Presidência da República em relação à moradia e às cidades.

Não é de se espantar a importância conferida à política habitacional pelos programas dos candidatos.

O déficit habitacional do Brasil, hoje, de cerca de sete milhões de moradias, aumenta a cada dia, o que obriga os candidatos a apresentarem programas ambiciosos para lidar com o problema. Contudo, não basta apenas ambição: é necessária igualmente uma boa dose de realismo, sem a qual a ambição se reduz a promessas quiméricas, fantasiosas.

Com isso em mente, procedi à análise dos programas dos candidatos ao cargo máximo do Poder Executivo Federal. Tenho, para mim, que o programa do candidato Luiz Inácio Lula da Silva revelou ser o mais bem equipado para enfrentar os obstáculos vinculados à implementação do direito constitucional à moradia. Suas propostas combinam ambição e realismo de maneira equilibrada, sendo plenamente realizáveis.

O programa de Lula se baseia em tripé formado por vértices interdependentes e complementares. São eles: a descentralização das ações; a articulação das esferas de governo; e a uniformização dos critérios para a concessão de subsídios. Esses três pilares compõem a base de ações mais específicas, que passo a elencar.

O programa de governo da Coligação Lula Presidente prevê a implantação do Projeto Moradia, desenvolvido inicialmente pelo Instituto Cidadania. O Projeto Moradia teria a função de coordenar as ações de política urbana e habitacional, exercendo um papel de articulador entre as agências atuantes no setor. A criação de um órgão coordenador da política habitacional é algo que venho defendendo com veemência ao longo da minha atuação parlamentar. Seja na forma de Ministério, seja na forma de conselho ou de projeto, trata-se de medida indispensável para o sucesso de qualquer ação na seara habitacional.

Outro ponto do programa é a valorização do papel das prefeituras na gestão da ocupação do solo urbano e na oferta de serviços essenciais à população. A responsabilidade dos governos locais deve ser estimulada, assim como a integração entre os Planos de Ação e os Planos de Moradia de cada Município.

Uma terceira proposta seria racionalizar a utilização, em nossas cidades, dos imóveis vagos, que chegam à casa dos milhões. Trata-se de verdadeira reforma urbana, que busca dar fim à imensa subutilização imobiliária hoje existente no País. Para tanto, Lula pretende fazer valer um princípio que a Constituição Federal consagra: a Função Social da Propriedade, que coloca o interesse público acima de interesses privados e promove a igualdade social e o desenvolvimento sustentável. Um outro mecanismo de combate à subutilização seria a valorização do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, que pos-

sui grande potencial para fomentar a justiça social e a melhor distribuição da renda.

Não poderia faltar ao programa a previsão de incentivar a indústria da construção civil por meio de políticas específicas para o setor. O objetivo é baratear os materiais de construção e, consequentemente, as moradias construídas, especialmente para famílias com renda inferior a doze salários mínimos. Os recursos para este e para os demais pontos do programa teriam origem no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e no Orçamento Geral da União, com gerenciamento da Caixa Econômica Federal.

É evidente que o programa da Coligação Lula Presidente não é o único a apresentar propostas interessantes e originais. O programa do segundo candidato mais votado no primeiro turno, José Serra, adiciona o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – como fonte de recursos para o programa de moradia de seu governo. Serra pretende também melhorar as moradias no campo, utilizando como modelo o projeto de vilas rurais desenvolvido no Estado do Paraná. Vale ressaltar que, assim como Lula, Serra defende a criação de um órgão específico, responsável pela coordenação das políticas habitacionais do governo.

Apesar de não continuarem na disputa presidencial, os candidatos Ciro Gomes e Anthony Garotinho contribuíram com algumas propostas criativas para a questão do desenvolvimento urbano. Garotinho, por exemplo, propôs a implementação do “kit habitação”, que daria ao beneficiário certa liberdade na escolha do projeto de moradia, observadas algumas diretrizes básicas, e também estimularia a autoconstrução. Ciro Gomes, por sua vez, propôs três tipos de financiamentos, diferenciados segundo a renda dos beneficiários, além de criar mecanismos de estímulo à poupança de longo prazo.

Pudemos notar, Srs. Senadores, que, apesar da adequação das propostas de Lula à realidade nacional, os demais candidatos apresentaram também idéias merecedoras de nosso estudo e de nossa atenção. Não seria equivocado afirmar que, caso Lula confirme seu favoritismo e vença o segundo turno, ele nada perderá se aprimorar seu já coeso programa habitacional com as contribuições de seus adversários.

Como todos nesta Casa já tomaram conhecimento, abracei a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva desde o primeiro turno por ter a convicção de que ela representa o resgate da auto-estima e do amor pelos próprios brasileiros. Em vez de nos preocuparmos excessivamente com os grandes temas e as multinacionais, com as grandes corporações e os

grandes banqueiros internacionais, devemos voltar o nosso interesse e a nossa política para o brasileiro, aquele que mora aqui, que tem problemas na sociedade e no campo. Daí a minha adesão, a minha luta e o meu pedido de voto para a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Agora, uma certeza é latente: a julgar pela preocupação e pelas propostas apresentadas pelos presidenciáveis, a moradia e a reforma urbana já podem ser incluídas entre as grandes teses vitoriosas nessas eleições.

Quem ganha, com certeza, é cada um dos brasileiros e, por extensão, o Brasil todo, que ganhará se aderir mesmo a essas teses importantes de moradia e de qualidade de vida nas nossas cidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – O Sr. Senador Eduardo Suplicy encaminhou discurso à

Ofício nº 01247/2002

Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex^a será atendido.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dirijo-me à Casa tão-somente para solicitar a transcrição, nos Anais do Senado, de Ofício que encaminhei ao ex-presidente Jimmy Carter, no momento em que é laureado com o Prêmio Nobel da Paz.

.....

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

.....

Brasília, 14 de outubro de 2002.

Caro Presidente Jimmy Carter

Receba minhas congratulações por ter sido laureado com o Prêmio Nobel da Paz de 2002! Como líder do Partido dos Trabalhadores e da Oposição no Senado brasileiro – que obteve um excelente resultado no primeiro turno das eleições gerais de 6 de outubro último – desejo expressar quão felizes estamos em virtude do reconhecimento de seus esforços em prol da negociação como método para resolver conflitos e diferenças de opiniões entre nações e povos de todo o mundo.

Tenho acompanhado suas ações tão positivas em favor das transições negociadas, fazendo com que a democracia e a justiça possam prevalecer nas diferentes partes do mundo, como no Oriente Médio, Rússia, Coréia, América Latina - especialmente Cuba e Brasil -, Europa, África e assim por diante. Acredito, agora, que todos os esforços devem ser canalizados junto ao Presidente George Walker Bush e ao Congresso Nacional Americano, no sentido de conseguir que o

governo iraquiano acate as resoluções das Nações Unidas por meios pacíficos, ao invés de por meio da força, que poderia desencadear uma guerra com sérias consequências para a humanidade.

Vamos sempre lembrar as palavras de Martin Luther King Jr. Segundo as quais “todas as vezes, e a cada vez, nós precisamos alcançar as alturas majestosas de confrontar a força física com a força da alma”. Gostaria de expressar minha solidariedade às famílias das vítimas do terrível ataque com explosivos que aconteceu ontem em Bali. Nós precisamos condenar severamente este ato ao mesmo tempo em que nos empenhamos ainda mais para achar uma solução justa e pacífica para todos os envolvidos nesses tristes conflitos.

Sinceramente,



Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Presidente Jimmy Carter
The Carter Center
One Copenhill
453 Freedom Parkway
Atlanta, GA 30307

Anexo: carta de Lula ao presidente Jimmy Carter

São Paulo, 11 de outubro de 2002

Prezado Presidente Carter,

Tomei conhecimento com grande satisfação da decisão do Norwegian Nobel Committee de conceder-lhe o Prêmio Nobel pela paz de 2002.

Receba os meus parabéns e os do Partido dos Trabalhadores por esse merecido reconhecimento internacional do valor da sua conduta e dos seus esforços em prol da paz e da defesa dos direitos humanos.

Nós brasileiros, especialmente, lembramos com gratidão sua atuação na presidência dos Estados Unidos, que beneficiou o nosso povo na luta que travamos pela democracia na segunda metade da década de 70.

Sentimo-nos reconhecidos na motivação do Committee quanto à necessidade de reafirmar o princípio da resolução pacífica dos conflitos, baseada na mediação, na cooperação internacional, no respeito aos direitos humanos, e na justiça social.

Queira receber minhas mais cordiais saudações,

Luiz Inácio Lula da Silva

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 16 minutos.)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4ª REUNIÃO DE 2002

EM 2 DE SETEMBRO DE 2002, ÀS 14 HORAS,
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO

Ata Círcunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 2 de setembro de 2002, segunda-feira, às 14h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Sr. José Paulo Cavalcanti Filho, com a seguinte pauta:

1 – Audiência com os Ministros de Estado da Justiça e das Comunicações e com os Senadores Antero Paes de Barros e Artur da Távola, sobre: a) regionalização e qualidade da programação dos veículos de comunicação social; e b) Lei nº 10.359, de 27/12/2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.

2 – Orçamento do Conselho para 2003 – Posicionamento acerca do estudo para identificar os custos necessários ao funcionamento do Conselho, apontando as áreas que necessitam de dotação orçamentária específica e estimativa de valores, visando a subsidiar proposta de emenda ao Orçamento 2003.

Relator: Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

3 – Relato dos trabalhos da comissão, designada na 2ª Reunião, encarregada de estudar a introdução da tecnologia digital na comunicação social, composta pelos Conselheiros Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas), Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) e Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo).

4 – Radiodifusão comunitária – Inventário de proposições das entidades da área de radiodifusão comunitária, inclusive para alteração da Lei nº 9.612, de 19/02/1998.

Relator: Conselheiro Daniel Koslowsky Herz

5 – Debate, no plenário do Conselho, com os principais candidatos à Presidência da República. Posicio-

namento do Conselho acerca dos entendimentos mantidos para realização do evento.

Relator: Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

6 – Serviço de Comunicação Multimídia.

Relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

7 – Exigência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, para remessa, no prazo máximo de 90 dias, de documentação para instrução de processos em curso no Órgão.

Relator: Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto

Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

José Paulo Cavalcanti Filho – Presidente
Membro titular – Representante da sociedade civil

Paulo Machado de Carvalho Neto

Membro titular – Representante das empresas de rádio Roberto Wagner Monteiro

Membro titular – Representante das empresas de televisão

Fernando Bittencourt

Membro titular – Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social

Daniel Koslowsky Herz

Membro titular – Representante da categoria profissional dos jornalistas

Francisco Pereira da Silva

Membro titular – Representante da categoria profissional dos radialistas

Berenice Isabel Mendes Bezerra

Membro titular – Representante da categoria profissional dos artistas

Geraldo Pereira dos Santos

Membro titular – Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo

Alberto Dines

Membro titular – Representante da sociedade civil

Jorge da Cunha Lima

Membro suplente – Representante da sociedade civil

Regina Dalva Festa

Membro suplente – Representante da sociedade civil

Assunção Hernandes Moraes de Andrade

Membro suplente – Representante da sociedade civil

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Declaro aberta a 4ª reunião do Conselho de Comunicação Social.

Para início desta reunião, dou ciência ao Conselho de expedientes recebidos, expedidos e providências tomadas.

Estão presentes dois suplentes do Conselho, as Conselheiras Regina Dalva Festa e Assunção Hernandes Moraes de Andrade. Dou-lhes as boas-vindas. Todos os outros membros titulares tiveram, cada um, uma razão bastante satisfatória para que não pudessem vir. É um mês complicado, véspera de eleição, todos estão com muitos afazeres. De qualquer forma, é um prazer ter conosco dois suplentes da qualidade dos que nos acompanharão.

Começo a reunião dando notícia de que as Atas foram expedidas aos senhores, para conferência. Se alguém tiver alguma observação em relação à Ata, alguma correção que deva ser feita, por favor, queira se manifestar. (Pausa.)

Não havendo oposição, fica aprovada a Ata da 3ª reunião.

Dou ciência ao Conselho de que foi aprovado, com uma emenda, o Regimento Provisório do Conselho, conforme Ofício nº 928 do Presidente do Senado Federal (Anexo 1). A emenda única é no sentido de que este Regimento valha até o término da atual gestão do Conselho. É um adendo desnecessário, porque todos temos conosco o compromisso de aprovar o Regimento definitivo até lá. De qualquer forma, não nos incomoda essa pequena alteração.

Quero lembrar também que há uma edição que pedimos fosse providenciada, para melhor manuseio dos senhores Conselheiros, com os dados dos Conselheiros, a legislação do Conselho, os artigos da Constituição dos quais poderemos precisar, e essa publicação ainda não pôde ser feita porque alguns dos Conselheiros ainda não enviaram as fotografias e demais documentos. De forma que encareço aos Srs. membros do Conselho que ainda não o fizeram, que o façam, por favor, para que a edição possa ser feita no menor espaço de tempo possível.

Dou ciência também que recebi do Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, expediente transmitindo a primeira consulta formulada pela Mesa do Senado ao Conselho (Anexo II), a respeito da tecnologia digital nos meios de comunicação social brasileiros, assunto que será objeto da nossa pauta a seguir.

O texto da demanda do Presidente do Senado:

"Considerando os avanços tecnológicos de informações na área de comunicação social com o advento da digitalização a que certamente o Brasil terá que se integrar, solicitamos posição desse Conselho sobre o assunto."

O senhor Conselheiro Carlos Chagas encaminhou-nos manifestação da ABI – Associação Brasileira de Imprensa, transmitida em expediente assinado pelo seu secretário, Sr.

Carlos Arthur Pitombeira, informando-nos da expectativa da entidade em relação à atuação do Conselho. Cópia da manifestação da ABI está à disposição dos Srs. Conselheiros (Anexo III).

Também informo que dei ciência a S. Exa, o Ministro Nelson Jobim, da moção do Conselho, exortando a uma reflexão sobre a proposta do Conselheiro Alberto Dines em relação à impossibilidade de manifestação de opinião 'favorável ou contrária no período eleitoral' (Anexo IV).

Não obstante o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, ao normatizar a regra, ter estabelecido um sistema que garante, sobretudo nos pequenos espaços, que rádios e televisões não sejam usados por grupos políticos locais, ao mesmo tempo não permite que as grandes redes possam circular informações. Mas o problema não está propriamente no TSE; mas na lei que regula as eleições. Razão pela qual, passada a efervescência desse período eleitoral, penso que caberia ao Conselho, ou ao Congresso Nacional, produzir alteração na lei, o que levaria à consequência prática de permitir que se possa manifestar opinião 'favorável ou contrária', como diz a lei, a candidatos ou coligações.

Há, sobre a mesa, expediente da entidade Grupo de Empresas de Antenistas do Rio de Janeiro, solicitando o apoio do Conselho ao projeto de lei que cria o serviço de distribuição de sinais de TV aberta, em tramitação na Câmara dos Deputados (Anexo V). Está na mesa, à disposição dos Srs. Conselheiros.

Passaremos agora à Ordem do Dia. Começaremos abordando o item 2.

ITEM 2

Orçamento do Conselho para 2003 – Posicionamento acerca do estudo para identificar os custos necessários ao funcionamento do Conselho. Apontando as áreas que necessitam de dotação orçamentária específica e estimativa de valores, visando a subsidiar proposta de emenda ao Orçamento 2003.

Relator: Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Na última reunião, o Conselho solicitou do Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos que fizesse um estudo para identificar os custos necessários ao funciona-

mento do Conselho, apontando áreas que precisam de dotação orçamentária específica.

Passo a palavra a S. S^a para fazer seu relatório.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente.

Começamos a fazer um esboço desse projeto e recebemos da Conselheira Suplente Regina Festa uni trabalho de organograma muito interessante que, certamente, interferiria na questão orçamentária. Peço a V. S^a, Sr. Presidente, e aos demais Conselheiros um prazo mínimo, de acordo com sua vontade. A Conselheira Regina Festa me ajudará. Inclusive, S. S^a me trouxe novas informações. Embora essa tarefa me tenha sido delegada pelo Presidente, S. S^a concordou em colaborar comigo, até para não cometer o pecado do açodamento e enviar algo que não estivesse próximo do ideal. Peço um prazo, dependendo da possibilidade, para que entreguemos à Mesa e aos Conselheiros um trabalho mais completo para estudo.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não.

A Mesa quer agradecer o empenho da Conselheira Regina Festa, que certamente será um subsídio valioso para os destinos finais da Comissão. Encarecemos, porém, ao Conselheiro Geraldo e à própria Conselheira uma abordagem que corresponda à fase em que estamos. E muito importante termos idéia de até onde queremos ir, mas, sobretudo neste início, seria bom não tirarmos os pés do chão. Talvez fosse melhor pecarmos por escassez do que por excesso. É bom não irmos muito longe, porque as frustrações podem ser grandes.

Dou ciência aos senhores de que a Mesa, quando for o caso – e já verifiquei que haverá neste ano alguma sobra de Orçamento – autorizará a concessão de algumas passagens necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, baseado no art. 40, **caput**, in fine, do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado por analogia, já que nosso Regimento Interno é omisso nesse aspecto. Darei ciência aos Srs. Conselheiros em momento oportuno.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S^a tem a palavra.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Para ilustrar a fala do Sr. Presidente,

gostaria de prestar contas e comunicar ao demais Conselheiros que, com a autorização do Presidente, Sr. José Paulo Cavalcanti Filho, conseguimos participar da Assembléia-Geral do Congresso Brasileiro de Cinema – CBC, cuja Presidente é a Conselheira Assunção Hernandes.

Durante essa assembléia, realizada em Gramado/RS, nós, a Assunção, como Conselheira e Presidente da entidade, e eu, fizemos um histórico dos trabalhos do Conselho até o momento. Entre outras questões importantes, foi lembrada a ANCINE – a Agência Nacional de Cinema. Isso foi possível graças à ajuda do Conselho; do contrário, não poderíamos ter participado dessa assembléia.

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Pois não, Conselheira Regina.

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Gostaria de fazer uma breve introdução a respeito do organograma. Tenho algumas questões. A primeira é uma consulta à Mesa a respeito do prazo final para a entrega da proposta de orçamento da Comissão, uma vez que o orçamento-geral do governo já foi entregue. Como fica o agregado do Conselho de Comunicação Social em relação ao Orçamento do Senado para o próximo exercício?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O prazo final, segundo as conversas que tive, é 30 de outubro. Não obstante, essas propostas devem ser encaminhadas o mais rápido possível, para conciliá-las com as emendas orçamentárias que estão sendo propostas pelos Srs. Congressistas. Quero, entretanto, enfatizar que não há relação direta entre a estrutura de funcionamento do Conselho e o Orçamento. Esse Orçamento, hoje, está baseado em apenas dois itens: o primeiro, passagens aéreas e o segundo, hospedagens. Seria interessante que houvesse outros itens, como, por exemplo, a possibilidade de contratação de assessorias, porque em alguns casos o Conselho vai precisar contratar consultoria especializada para assessoramento em áreas específicas. Não há relação direta entre o organograma e o Orçamento.

Se puder fazer uma sugestão, creio que devemos nos deter primeiramente ao Orçamento, que é mais urgente, para que seja apresentado ao Congresso o mais rápido possível, deixando para depois a questão do organograma de funcionamento.

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Tenho outras questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Regina Festa, V. S^a pode continuar.

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Sei que, para o Orçamento de 2003, teremos condições, se assim aprovarmos, de propor itens para que o Senado vote favorável à sua inclusão para o Conselho de Comunicação Social. Pergunto se isso é possível, se temos possibilidade de encaminhar essa inclusão, porque são questões diferentes.

Segundo informações que tenho, as assessorias podem ser feitas de duas formas. Uma delas seria encaminhando pedido para as próprias assessorias que já existem dentro do Senado. Caberia a elas, portanto, resolver isso no orçamento do próprio Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Nesse caso, não haveria custo.

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Nesse caso, não haveria custo.

Pergunto: nos casos em que não há assessoria, por exemplo, se pensarmos num desenho que nos seja adequado e não houver comissão correspondente no Senado Federal, poderemos encaminhar como proposta de orçamento?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Numa rubrica de contratação de assessoria. E claro que essa contratação será submetida a todas as regras de moralidade administrativa e às regras usuais de funcionamento do Congresso Nacional. Entretanto, assim como há um item genérico de passagens e um item genérico de hospedagens, nada impede que haja também um item genérico de assessoria, que seria aquele no qual lançaríamos os custos à medida que fosse necessário.

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Tenho mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Paulito, vou encerrar com a Conselheira Regina Festa.

Por favor, Conselheira.

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Na verdade, tenho mais duas questões.

No que se refere ao item de comunicação e informação, na verdade, tudo o que pensei abaixo des-

sa Secretaria Executiva implicaria o uso ou os serviços do Senado ou a criação de assessorias. No caso de comunicação e informação, o Senado já tem o seu site, uma área de publicações, uma área de acompanhamento. Se precisarmos realizar campanhas ou eventos ou uma discussão aberta com a sociedade, isso entraria numa rubrica especial, caso o Senado não pudesse nos acompanhar?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheira Regina Festa, não tenho opinião firmada ainda se é da competência de uma comissão como essa fazer eventos dessa natureza. Mas, se o convencimento do Conselho é o de que isso não o desnatura, apenas se deveria consignar no item um certo volume de recursos para fazer isso.

De qualquer forma, é muito bom ter a proposta em mão, porque é muito mais fácil nos posicionarmos a favor ou contra uma proposta concreta do que em relação a idéias soltas.

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Peço desculpas, mas considero que seria importante trazer esses pontos para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselho agradece o empenho de V. S^a.

Tem mais alguma dúvida?

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Não. Penso que, a partir de agora, podemos trabalhar o projeto, para trazê-lo na próxima reunião.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço o posicionamento da Conselheira Regina Festa.

Passo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, a minha sugestão é de que se envie à Conselheira Regina a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Regimento Interno do Senado Federal, porque tenho informações de que ele proíbe a contratação de assessorias.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação do Conselheiro Paulito.

A Conselheira Regina deverá, em momento posterior, dirigir-se à Secretaria do Conselho para obter essas informações tão valiosas, prestadas pelo Conselheiro Paulito.

O Conselho dá as boas-vindas à Conselheira Berenice. Estávamos sentindo falta da sua agitação, Conselheira.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, Suas e Sus. Conselheiros, é um prazer estar novamente com os senhores. Tive de me ausentar das reuniões do Conselho durante algum tempo, mas foi algo absolutamente contra minha vontade. De forma que estamos aqui prontos para retomar os trabalhos.

Uma saudação bem calorosa a todos.

Desculpem o atraso.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Espero que o destino não lhe tenha arrefecido a disposição para a batalha.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – É difícil, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Passemos ao item 3.

ITEM 3

Relato dos trabalhos da comissão. designada na 2ª Reunião, encarregada de estudar a introdução da tecnologia digital na comunicação social, composta pelos Conselheiros Daniel Kossowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas), Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) e Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo).

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Item 3 da pauta refere-se à Comissão que trata da introdução da tecnologia digital na comunicação social.

A Comissão é composta pelos Conselheiros Daniel Herz, Geraldo Pereira dos Santos e Fernando Bittencourt e/ou Miguel Cipolla Jr.

Quero externar aos membros do Conselho a minha disposição de, nesses casos, sempre que possível, estimular a participação dos Conselheiros Suplentes. Não vejo razão para que não apliquemos às comissões as mesmas regras que já adotamos no plenário. Os Srs. Conselheiros poderão, por exemplo, participar das reuniões e emitir as suas opiniões. Apenas não poderão votar.

Gostaria de ouvir um dos Conselheiros membros da Comissão para nos relatar, ainda que brevemente, o andamento dos trabalhos. (Pausa.)

Tem a palavra o Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Sr. Presidente, iniciamos a conversa e o debate sobre o assunto, que é bastante complexo e amplo. Tecnicamente, é bastante complexo. E estamos ainda discutindo

a formação do grupo e como encaminhar.

Tenho uma série de colocações a fazer para enriquecer a discussão. Como representante da SET – Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações, que já estuda esse assunto há oito anos, quero fazer um breve histórico sobre o que esse grupo de trabalho que a SET, junto com a ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, fez ao longo desses oito anos. Apenas para vocês terem idéia, trouxe uma série de documentos e trabalhos que vou distribuir aos Conselheiros, fruto desses oito anos de estudos.

Esse grupo de que fazemos parte, que estuda a digitalização no Brasil, é formado pelas emissoras de televisão – são 17 –; por engenheiros da SET; instituições de ensino como o Mackenzie e a Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, além de engenheiros de telecomunicações. Esse grupo já realizou, ao longo de oito anos, mais de cinqüenta demonstrações sobre televisão digital no Brasil. Foram demonstrações práticas, com exposições, do funcionamento.

Realizamos, no ano de 2000, testes de avaliação dos três sistemas existentes no mundo: o europeu, o americano e o japonês. Esses sistemas foram trazidos para o Brasil, e fizemos avaliações de desempenho em São Paulo. Foi um trabalho feito em conjunto com a Anatel e com o CPqD, de Campinas.

Esse grupo já fez mais de duzentas apresentações no Brasil e fora do País. Temos sido chamados para fazer apresentações sobre o trabalho desenvolvido no Brasil em países como Argentina, Estados Unidos, Japão, Europa. Atualmente, temos um engenheiro nosso fazendo apresentação em Genebra.

Apenas quero dar a idéia de que esse assunto está exaustivamente debatido no âmbito desse grupo e já com conclusões feitas.

Mencionou-se, ao longo do último mês, o sistema chinês. Os chineses estiveram no Brasil para conversar conosco sobre o assunto. O sistema chinês

não existe, trata-se ainda de uma proposta que só deverá existir, talvez, em 2005 ou 2006. Não temos como fazer uma avaliação do sistema chinês no momento.

Disponho de publicações diversas e muitas menções. Na pasta que vou distribuir, estão todos os documentos e as menções mundiais feitas sobre o trabalho realizado pelo grupo.

Minha proposta para este Conselho é que tudo seja feito tendo como base o trabalho já realizado. Evidentemente, o Conselho deve discutir o assunto. No entanto, creio que não devemos discutir a partir do zero. Devemos basear-nos num trabalho já realizado, com conclusões. Evidentemente, há conclusões que desagradam. Democraticamente, o trabalho deveria ser mostrado para que as diversas entidades o questionassem no âmbito do nosso subgrupo ou do Conselho, dependendo do modelo de trabalho.

Minha proposta em relação à do Conselheiro Daniel é de que coloquemos o trabalho do grupo Abert/SET em debate e que todas as entidades mencionadas pelo Conselheiro Daniel sejam trazidas ao Conselho ou à subcomissão, para que o trabalho seja questionado, e ratificado o que já foi feito.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço ao Conselheiro Fernando Bittencourt.

O Conselho dá as boas-vindas ao Conselheiro Jorge da Cunha Lima, um nome que nos enaltece e orgulha.

Passo a palavra ao Conselheiro Daniel Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, a comissão encarregada pelo Conselho de tratar da introdução da tecnologia digital na mídia eletrônica, nessa fase inicial de atividades, preocupou-se mais com um processo interno de reconhecimento dos elementos principais que deveriam ser colocados para debate e também com o conjunto de contribuições e desenvolvimentos que já foram estabelecidos e que estão disponíveis para o acompanhamento pela sociedade.

Concordamos com o Conselheiro Fernando Bittencourt no sentido de que nem a comissão nem o Conselho podem começar do zero, porque existe uma alentada produção sobre o assunto, que é um ponto de partida não só interessante, mas imprescindível e necessário.

As propostas que encaminhamos à comissão e que estão sendo disponibilizadas para o Conselho são um conjunto de 12 pontos de encaminhamento

que dizem respeito, em primeiro lugar, ao aspecto de identificação do que já foi produzido no debate, ao reconhecimento do ponto de partida para a evolução do debate e à atualização do debate pelo Conselho em relação às definições que o Brasil pode tomar sobre a questão da tecnologia digital.

O documento foi enviado aos demais conselheiros (Anexo VI). São 12 pontos. Pergunto se registramos os pontos nesta reunião ou se eles ficam para a transcrição em ata. Se houver alguma discordância, ou alguma observação dos conselheiros em relação aos 12 pontos de encaminhamento que balizariam o trabalho da Comissão e permitiriam, num período relativamente curto – até a metade de outubro –, que a Comissão tivesse condições de emitir um parecer com uma proposta de posição para o Conselho, que então seria encaminhada ao Congresso, em resposta à consulta feita pela Mesa do Senado à Presidência do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Antes de decidir, ouvirei o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, diante do Conselho, queremos justificar nossa ausência na reunião dessa Comissão, pois eu tinha um compromisso na FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, marcado para a mesma data. No entanto, fomos informados pelo Conselheiro Daniel, recebemos a correspondência do Conselheiro Fernando Bittencourt e respondemos a todos os conselheiros.

Repetirei aqui a palavra açodamento, e justificaremos o porquê.

Concordamos com nosso engenheiro, o Dr. Fernando Bittencourt, com o fato de que realmente não podemos começar do zero. Mas, como mencionei em nossa resposta, levando em conta a responsabilidade social deste Conselho, devemos ter a consciência e o devido cuidado, não eterno, para encaminharmos um documento ao Congresso Nacional que não seja de forma açodada, mas que contenha todo o trabalho já realizado pelos engenheiros, que são capacitados para embasar tecnicamente o assunto. Além disso, questões econômicas, profissionais e de mercado de trabalho talvez sejam relevantes nesse documento que encaminharemos à Mesa do Senado Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Se não houver divergência nesse sentido, a Mesa considerará que as comissões têm o grau de autonomia necessário para tomar as decisões, a menos que haja um impasse na Comissão e seja necessário deliberar. Assim, encaminharia no sentido de que a própria Comissão se reunisse para definir o caminho a ser tomado. Pelas disposições que ouvi, não sinto necessidade. A idéia de convergência que preside este Conselho desde a sua instalação ainda está presente. Não vejo, francamente, necessidade de que o Conselho interfira para definir como a Comissão deverá pronunciar-se. Então, se não houver divergência, a própria Comissão deve buscar o caminho mais adequado para cumprir com o seu compromisso.

Concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, gostaria de indagar a V. S^a o seguinte: a Comissão elaborará como se fosse um projeto-piloto a ser submetido ao Plenário, ou elaborará uma resposta ao Presidente do Senado, a ser remetida a S. Ex^a como sendo uma decisão do Conselho?

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Congresso Nacional terá compreendido que essa questão é importante demais para ser decidida apenas por técnicos. A Casa quer estar informada das razões técnicas que a levarão a essa escolha – em parte, técnica, em parte, institucional.

Considero que o Conselho deve fornecer o maior número possível de informações ao Congresso, para que ele possa decidir bem. Dessa forma, a Comissão deve conduzir os seus trabalhos não com açoitamento, mas com a urgência requerida pelo caso. E espero que ela seja capaz de produzir consenso. Se conseguí-lo, tanto melhor; ouviremos a exposição da Comissão e nos poremos de acordo ou não com ela. Se não houver consenso, as partes exporão aqui os seus pontos de vista, e o Conselho optará pelo caminho que considerar mais adequado, indicando-o ao Congresso Nacional.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. S^a que, se possível, a Comissão faça, consensualmente, um projeto-piloto que seria remetido aos outros conselheiros com um prazo razoável. Quando da reunião para examinar e votar esse trabalho da Comissão, já deveríamos ter

tido tempo para ler o trabalho, fazer as críticas e, eventualmente, mandar as sugestões antes da votação do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Excelente a proposta. A Mesa acolhe a sugestão do Conselheiro Roberto Wagner.

Alguém mais deseja se pronunciar?

Com a palavra o Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Sr. Presidente, apenas para complementar, essa pasta que distribuí contém a base de todo esse estudo que a Comissão vai estudar. Aconselho a todos que o leiam, o que permitirá uma boa noção do que a Comissão vai trazer ao Plenário.

Os senhores também vão constatar que esse trabalho feito pelo Grupo Abert/Set não é somente técnico, mas canaliza aspectos econômicos, estratégicos e políticos. Não é um trabalho puramente técnico, como não deve ser, evidentemente, um trabalho como esse; um assunto como esse não é somente técnico.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço as palavras sempre refletidas do Conselheiro Fernando Bittencourt.

Passo a palavra ao Conselheiro Daniel Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Gostaria de consultar a Mesa a respeito de algumas requisições que a Comissão teria a fazer, em função das suas atividades, que deverão ser intensas no mês de setembro, no sentido de poder contar com recursos de sala, de transcrição das reuniões e, eventualmente, com a transmissão pela TV Senado ou pela TV Câmara, que ajudaria a dar a divulgação necessária das etapas intermediárias desse trabalho da Comissão, que vai envolver algumas audiências públicas. A consulta é sobre se poderíamos contar com esses recursos.

Em segundo lugar, temos necessidade de algum trabalho de secretaria, chegamos até a mencionar uma equipe. O ideal é que tivéssemos umas duas ou três pessoas disponíveis para consolidar o material, organizar, fazer pesquisa, enfim, dar conta da organização da grande quantidade de informações com que a Comissão vai ter que lidar para disponibilizar para o Conselho um conjunto de elementos que subsidiem sua decisão.

Em relação às observações do Conselheiro Roberto Wagner, partíramos desse entendimento de que, evidentemente, não podemos encaminhar um processo de decisão do Conselho, distribuindo, na véspera, no dia, uma proposição que a Comissão vai ter que analisar passo a passo. Uma vez que tenha cumprido algumas das suas etapas com elementos conclusivos, a Comissão terá que partilhar com o Conselho e criar condições para que os conselheiros se posicionem.

Finalmente, em relação à expectativa de resultados, podemos vislumbrar para meados de outubro, período em que se está prevendo a conclusão do trabalho da Comissão. A idéia é a de que, nesse prazo, o Conselho dê alguma resposta, mesmo que seja em caráter preliminar.

Evidentemente, se o Conselho se sentir seguro para afirmar categoricamente as bases de um modelo de serviços ou uma opção tecnológica recomendável, deverá fazê-lo. Se não for possível nesse período, que pelo menos o método, ou seja, que a forma com que essa decisão deva ser conduzida, a forma, especificamente, como o Congresso Nacional deva intervir no processo de debate, seja referida. Pelo menos essa sugestão, essa proposição para o Congresso Nacional o Conselho deve fazer. O Conselho, portanto, deve perseguir urna formulação indicativa nesse sentido.

Por outro lado, além dessa questão de método, de como conduzir e concluir o debate, com a intervenção do Executivo... Se este não tiver condições de sugerir os elementos conclusivos em relação ao modelo de serviços e à definição da tecnologia, que pelo menos alinhe os principais argumentos que permitiriam organizar e fundamentar esse processo de definição, mostrando o acúmulo ao qual o Conselho conseguiu chegar. Então, aquele acúmulo com o qual o Conselho se sente seguro para validar deveria ser partilhado, mesmo que seja inconclusivo em relação aos aspectos.

Essa é a pretensão. A meta de orientar o trabalho da Comissão até meados de outubro deve corresponder ao grau de convicção que o Conselho adquirir. A Comissão deveria criar condições para que o Congresso Nacional fosse orientado ou subsidiado com o grau de convicção que os diversos setores sociais aqui representados conseguirem alcançar.

Não se trata, evidentemente, de fazer o debate completo ou termos todas as respostas necessárias até meados de outubro. Se conseguirmos, evidentemente deve ser feito.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Parece-me que o assunto já está bem discutido. Não nos tem faltado, até agora, a colaboração dos setores de divulgação do Congresso Nacional, especificamente do Senado Federal. Não nos tem faltado o apoio de altíssimo nível do serviço de Secretaria da Drª Márcia Egg. A Presidência não apenas estará à disposição dos senhores, como, eventualmente, por razões de brevidade, caso V. Sãs queiram se dirigir diretamente, poderão fazê-lo, sobretudo neste mês de setembro, em que a Presidência não estará funcionando plenamente.

O assunto está bem exposto.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, peço a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra a Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Será breve a minha intervenção. Gostaria de fazer um apelo aos Conselheiros Geraldo Pereira dos Santos, Fernando Bittencourt e Daniel Koslowsky Herz para que, no relatório prévio que nos será encaminhado – mais do que um relatório de caráter estritamente técnico sobre as possíveis plataformas de digitalização –, possam nos subsidiar com tudo o que cerca essa questão hoje, porque a tecnologia é essencial, mas, ao mesmo tempo, não é. Quer dizer, todas elas são tecnologias para digitalização da tevê, mas isso é apenas um **upgrade** da radiodifusão ou um novo serviço? Creio que deve ser por aí. E o que oferece, que vantagens teríamos, como brasileiros, para nossa indústria, com qualquer uma dessas opções?

De forma que peço aos senhores, nesses subsídios, que não nos torturem com filigranas técnicas, mas nos dêem o quadro político e econômico que cerca a questão. Tenho certeza de que os senhores farão isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a participação da Conselheira Berenice.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Passo a palavra ao Conselheiro Paulo Machado.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Mi-

nha sugestão, Sr. Presidente, é no sentido de que essa Comissão também agregue o trabalho feito pela Comissão Legislativa da Câmara dos Deputados, que já tem, inclusive, um parecer sobre o assunto, que deveria ser considerado no aspecto da televisão digital.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A Comissão deve levar em conta todos os documentos que considerar relevantes, venham de onde vierem. A palavra continua com o Conselheiro Paulito.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Tem a palavra o Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – No trabalho – aliás, muito bem feito – que recebemos do grupo Abert/SET, a respeito de alguns mitos sobre a TV digital, não encontrei, Fernando, algo sobre o sistema japonês. Queria saber se não considerou relevante colocar algo sobre o sistema japonês aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – No relatório que está no CD, há um trabalho exaustivo. O relatório do CD está aqui no papel; todas as análises de todos os sistemas estão aqui. Esse documento é apenas um comentário adicional ao relatório. Muito obrigado.

ITEM 6

Serviço de Comunicação Multimídia.

Relator: Conselheiro **Paulo Machado de Carvalho Neto**

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço. Com a palavra o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto para se pronunciar sobre o Serviço de Comunicação Multimídia.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, o assunto é referente à Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001, que trata do regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia. Ao longo desse período, nós, da entidade representativa do rádio e da televisão, temos nos manifestado de forma muito objetiva com referênc-

cia a essa resolução, até porque entendemos que ela possibilita...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Que resolução?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – A Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001, promulgada pela Anatel. Ela aprova o regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia. Entendemos, inclusive, que esse assunto é de grande importância no momento em que a própria emenda constitucional diz que todos os serviços, inclusive os promovidos ou gerados pela Internet ou similares, devem sujeitar-se a determinações dos arts. 18 e 21.

Nossa preocupação com referência a esse assunto é devida ao que temos encontrado nele, a real possibilidade de que entidades sem qualquer tipo eventual de controle possam gerar conteúdo de radiodifusão através desse sistema. Para que os Srs. Conselheiros tenham idéia, até o dia 30 último, 21 empresas já foram receber autorização da Anatel para executar o Serviço de Comunicação Multimídia.

É claro que essa preocupação deve envolver, de forma direta, o próprio interesse do Conselho, já que nenhum de nós pretende que um serviço dessa magnitude possa vir a ser explorado por terceiros de forma absolutamente descontrolada e, o que é mais importante, sem que se cumpra qualquer determinação daquela que todos nós defendemos na comunicação social.

Temos percebido que a Anatel tem apresentado isso de forma absolutamente não-transparente, pelo menos para nós, já que entendemos que esse é um serviço pura e simplesmente de transporte de sinais, e não de geração de conteúdo. Essa preocupação tem nos afetado de maneira muito intensa. Repito: temos levado esse assunto ao conhecimento da própria Anatel, porém, não conseguimos ainda uma definição no sentido de que não se poderá utilizar desses serviços para que se faça radiodifusão por esse sistema.

Entendemos importante que se imponham restrições ao seu uso para que ele possa, efetivamente, enquadrar-se dentro das normas a que todos nós temos de nos submeter.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Qual é a proposta de V. S.^a.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – A proposta é de que o Conselho examine o assunto, ofi-

cie à Anatel no sentido de que ela não coloque em operação esse sistema, ou não conceda novas autorizações, sem que haja um exame mais profundo, principalmente da forma como será mantida a relação entre os permissionários desse serviço e a autoridade concedente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Franqueio a palavra aos Srs. Conselheiros.

Com a palavra o Conselheiro Jorge da Cunha Lima.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, estou inteiramente de acordo com a proposta. Penso que deveríamos tornar mais claro o que queremos da Anatel, ou seja, que ela acrescente à resolução um sistema de fiscalização, de adequação desse direito de passar conteúdos pelo menos similares a todas as restrições e avaliações que têm os próprios sistemas de radiodifusão. A manter-se essa resolução, a melhor coisa agora seria que uma televisão educativa, por exemplo, pedisse sua inscrição como multimídia, porque, caso contrário, ela se tornaria uma instituição irresponsável na transmissão de conteúdos.

Creio que o Conselheiro tem toda a razão ao exigir que essa resolução seja um pouco mais cuidadosa não apenas na concessão, mas também, se concedida, nos critérios de fiscalização de conteúdos, o que nem é a função desse setor da economia.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, em relação à proposição do Conselheiro Paulito, também consideramos que essas preocupações são relevantes e que, além dessa manifestação acauteladora de posicionamento da Anatel, o Conselho deveria especificar uma formulação mais adequada para essa regulamentação, no sentido de estabelecer o devido limite para esse serviço, de tal forma que o Conselho reúna elementos de conteúdo que permitam subsidiar ou a elaboração de um projeto de lei pelo Congresso ou de um decreto legislativo que tenha a finalidade de incidir sobre pontos dessa regulamentação que sejam contrários ao interesse público.

A idéia é que o Conselho, além desse cuidado conceitual mais acautelador do que qualquer outra coisa, fosse um pouco além e fizesse uma formulação mais específica no sentido de subsidiar essa elabora-

ção legislativa de um projeto de lei, ou então, se existir algum aspecto emergencial e uma indisposição da Anatel em responder adequadamente às questões que o Conselho levantarà sobre o assunto, juntar elementos para sugerir ao Congresso, numa situação limite, a elaboração de um decreto legislativo, revogando ou alterando esses aspectos da regulamentação que está sendo baixada por resolução da Anatel.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO

NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Conselheiro, nesse sentido, foi baixada a Resolução nº 272. Já houve um período até de consulta pública sobre a forma do contrato. Houve contribuições de diversas entidades, incluindo a própria Abert, porém, não temos ainda conhecimento da minuta definitiva desse contrato.

O fato é que, até o dia 30 de agosto último, 21 entidades já haviam sido autorizadas a operar nesse sistema. E claro que esta nossa preocupação, como bem salienta o Conselheiro Daniel Herz...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Conselheiro Paulito tem a relação dessas entidades?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO
NETO (Representante das empresas de rádio) – Tenho, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O senhor poderia decliná-las para o Conselho, por favor?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO
NETO (Representante das empresas de rádio) – Pois, não. São elas TCO e PSA; Blue Sky Comunicações Ltda.; Trânsito do Brasil Ltda...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Nesse caso, não vale a pena.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO
NETO (Representante das empresas de rádio) – Aqui há uma relação com 21 entidades (Anexo VII).

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Quem está por trás delas?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO
NETO (Representante das empresas de rádio) – É difícil, Sr. Presidente, fazer uma avaliação, porque, evidentemente, todo esse assunto e cada uma dessas autorizações são publicados. O nosso acompanhamento se faz em função do **Diário Oficial**. Nós não temos capacidade operativa de saber quem se encontra por trás disso. Algumas delas, por uma questão do próprio nome, eventualmente, podem se ligar, por

exemplo, à AT&T Global Network Service do Brasil – suponho que deva haver uma ligação, pelo menos em princípio, com essa empresa; a Telefônica Empresas S/A parece-me, em princípio, que deva ter uma ligação com essa empresa.

O importante, Sr. Presidente, é que possamos solicitar à Anatel a não-emissão de autorização para o funcionamento dessas empresas, até porque não se atende ao determinado no 221 da Constituição Federal, elas não têm qualquer compromisso com a brasiliade, enfim, com os princípios que todos defendemos e aos quais obedecemos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Roberto Wagner, tem V. S^a a palavra.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, não tenho aqui o texto da resolução, mas faço uma crítica ao documento elaborado pela Anatel, que tem poder legislativo de fazer resoluções. Fiquei, juntamente com o Conselheiro Paulito, muito preocupado porque, não conhecendo o inteiro teor dessa resolução, também não estou em condições de fazer um maior comentário à melhor medida a ser tomada pelo Conselho. Vejo alguma dificuldade jurídica de o Conselho, por meio de ofício, impedir que a Anatel, se assim o desejar, conceda novas autorizações.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Roberto Wagner, a Presidência aceita a ponderação de V. S^a considero que o assunto não está suficientemente esclarecido para uma visão mais tranquila. Algumas sugestões de medida são formalmente inapropriadas, o que prova que o assunto não está maduro.

Solicitaria ao Conselheiro Paulito que, após a reunião, fizesse uma exposição um pouco mais tranquila sobre o assunto, suas implicações, e que a encaminhasse diretamente aos Conselheiros – aqui todos temos os endereços eletrônicos – ou à Secretaria do Conselho, que poderá distribuí-la aos Srs. Conselheiros.

Vou transferir a deliberação sobre o assunto para a próxima reunião, quando o tema estará mais maduro, e a decisão será mais refletida.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Tem V. S^a a palavra.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Deixaria como sugestão a V. S^a que, dentro do espírito do Conselheiro Paulito, se possível, o Conselho, por intermédio do seu Presidente, fizesse um ofício ao Presidente da Anatel, em primeiro lugar, relatando que esse assunto está sendo discutido aqui no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S^a tem toda a razão. Eu o farei imediatamente.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Em segundo lugar, solicitando ao Presidente da Anatel que sobrestasse qualquer andamento a qualquer tipo de pedido, exatamente porque o assunto está sendo tratado e, dentro daquele espírito de cavalheirismo e compreensão, que ele, o Presidente da Anatel, determinasse que o assunto ficasse sobrestado até que o Conselho pudesse se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a ponderação do Conselheiro Roberto Wagner. Farei ofício nesse sentido e, eu próprio, telefonarei para o Presidente Schymura para dizer-lhe do nosso desejo de colaborar nesse esforço. Deliberaremos sobre esse assunto na próxima reunião, quando estará mais maduro.

Passo agora ao Item 5 da pauta, referente à proposta do Conselheiro Roberto Wagner, aprovada na última reunião, no sentido de convidar os candidatos à Presidência para um debate no âmbito do Conselho. Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner.

ITEM 5

Debate, no plenário do Conselho, com os principais candidatos à Presidência da República. Posicionamento do Conselho acerca dos entendimentos mantidos para realização do evento.

Relator: Conselheiro Roberto Wagner Monteiro

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, fiz gestões com praticamente todos os integrantes da direção das quatro campanhas e senti – até comuniquei isso a V. S^a – que o momento ideal para o nosso fórum, no Poder Legislativo, seria no segundo turno, exatamente porque está havendo, hoje, uma massificação de debates e conferências. O nosso se perderia, talvez, nessa quantidade enorme de debates, do aparecimento quase excessivo dos candidatos na mídia.

Além disso, como já comentei com V. S^a, no segundo turno, muito provavelmente, o Congresso Nacional estará completo, porque terão passado as eleições de 6 de outubro.

Assim, sugeriria a V. S^a que, além de continuar o Conselho a prestigiar esse debate, fizéssemos gestões com a Presidência do Senado, dentro do espírito de que nós, Conselheiros, e o Conselho somos hóspedes do Senado Federal, para dizer ao Sr. Presidente Ramez Tebet que essa decisão do Conselho não foi descartada. Sugiro que sejam feitos os contatos para o segundo turno, porque certamente será a única possibilidade de os dois candidatos ao segundo turno falarem de temas específicos como esses nossos e, eventualmente, mais políticos. O debate seria feito no Conselho, com o beneplácito do Senado, já no segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de fazer um pequeno comentário a respeito da proposta do Conselheiro Roberto Wagner, tentando apresentar uma outra alternativa. Consideramos que a comunicação social como um todo, inclusive no que toca ao cinema brasileiro e à radiodifusão comunitária, é estratégica dentro de um contexto, quando o tema é informação, educação e formação. Isso para nós é crucial, vital.

Proponho o encaminhamento de uma proposta alternativa, se possível e se houver tempo hábil, ainda antes do primeiro turno, no sentido de que as referidas candidaturas – e entendemos que teriam de ser as seis – indicassem um representante capacitado para apresentar, no plenário do Conselho, suas preocupações e pensamentos a respeito da comunicação. Inclusive reitero a questão do cinema brasileiro e da radiodifusão comunitária no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a sugestão do Conselheiro Geraldo. Percebo que V. S^a não leu a ata da última reunião. Se tivesse lido, não teria feito a censura ao Conselho de que limitamos o convite aos quatro principais candidatos. A proposta efetivamente foi nesse sentido, um pouco por mitemismo, pois era assim que estavam se dando os debates nas emissoras de televisões. Houve a correção do Plenário, acatada pela Mesa, que indicou que seriam

seis os candidatos, mas, como V. S^a anda muito atarefado, está desculpado por esse pecado venial.

Penso que nessa matéria o Conselheiro Roberto Wagner, autor das gestões, controla melhor as dificuldades de agenda. Já percebemos desde o início que não seria tão fácil formular os convites, mas a idéia de, no segundo turno, fazer esse debate seria bastante interessante, até porque um debate entre dois candidatos permitiria uma avaliação mais madura sobre as propostas do que uma pluralidade de candidatos, o que levaria a uma divisão democrática do tempo entre todos.

Conselheiro Roberto Wagner, V. S^a continua com delegação do Conselho para diligenciar, no segundo turno, no sentido de que façamos esse debate.

ITEM 7

Exigência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, para remessa, no prazo máximo de 90 dias, de documentação para instrução de processos em curso no Órgão

Relator: Conselheiro **Paulo Machado de Carvalho Neto**

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – O Relator do item 7 da pauta é o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto, a quem passo a palavra.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, mantivemos um contato com a Comissão de Ciência e Tecnologia e, de 300 emissoras notificadas, 208 já entregaram a documentação completa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. S^a poderia repetir, por favor?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Uma correção, Sr. Presidente: foram notificadas 700 emissoras, das quais 300 já se manifestaram e, dessas, 208 entregaram a documentação completa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – V. Exa encerra sua participação com essas palavras sábias, mas tão avaras?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Talvez, Sr. Presidente, seja necessária uma prorrogação de prazo para se atenderem a todas as solicitações.

O SR PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Alguém mais quer se pronunciar a respeito dessa matéria? Tem a palavra o Conselheiro Daniel.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Solicito que seja melhor circunstaciado o assunto. De fato, não estou conseguindo alcançar...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, Sr. Conselheiro, talvez pelo hábito do contato, tenhamos suprimido algo ao fazer a exposição.

Na verdade, a Comissão de Ciência e Tecnologia tem processos em andamento e notificou 700 emissoras para que entregassem documentos de outorga e de renovação.

O SR PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Esse número se refere à outorga e à renovação?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Tanto à outorga quanto à renovação. Aproximadamente 700 emissoras foram intimadas a entregar documentos. Destas, 300 já se manifestaram e, dessas manifestações, 208 em sentido completo. Temos 492 emissoras, mais ou menos, para entregar documentação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Para que fim, Conselheiro?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Para fim de renovação de outorga ou de concessão.

Sr. Presidente, talvez seja importante que se possa diligenciar junto à Comissão uma prorrogação de prazo.

O SR PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Se entendi bem, a própria emissora quer a outorga. A emissora não apresenta, e vamos diligenciar, junto ao Congresso, para dar prazo ao interessado para apresentar a documentação que já deveria ter...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr. Presidente, a documentação foi entregue por todas elas, senão nem o processo poderia ter vindo aqui, mas a morosidade da tramitação fez com que alguns documentos perdessem validade. A Comissão tem solicitado às emissoras que reapresentem os documentos, no entendimento dela, faltantes.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Como advogado, sei que os documentos são hábeis no momento em que se dá entrada ao pedido. O retardo não levaria à desqualificação desses documentos. Digo isso interpretando uma certa perplexidade dos Conselheiros, sem conseguir atinar exatamente o que está ocorrendo, e noto a dificuldade de se tomar uma decisão madura sobre um assunto do qual não estamos percebendo a extensão.

A Mesa percebe que há entidades interessadas em obter suas outorgas ou as renovações de suas concessões. O interesse em apresentar a documentação é do endereçado, das próprias empresas. Se não o fizerem, a consequência deve ser a perda da concessão pela não-habilitação a tempo.

V.S^a estaria cogitando que a documentação foi toda apresentada, mas que alguns desses documentos perderam o valor por conta do prazo?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho) – Se no momento em que deram entrada o prazo era correto...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não é assim que acontece. Sr. Presidente, quem advoga sabe que há certidões que têm prazo de 60 dias. Vencidos os 60 dias, se o processo não foi a cabo, aquela certidão terá que ser reapresentada.

O Conselheiro Paulito está a dizer – e estou plenamente de acordo com S. S^a – que o prazo tem que ser reaberto para aqueles interessados que tiveram seus documentos apresentados tornados sem efeito, sem validade, exatamente para que não acontecesse isso. No meu caso, porque represento entidades de televisão e de rádio, estou aqui para evitar que haja prejuízos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Como advogados, Conselheiro Roberto Wagner – ambos o somos – , sabemos que há uma data-limite em que a documentação deve estar regularizada. No caso de licitações e registros, a data é sempre aquela em que se apresenta a documentação.

Se não houver manifestação em contrário, a proposta da Mesa é a de solicitar informação da Comissão de Ciência e Tecnologia para obter dela, diretamente, informação a respeito da natureza do problema. Assim indicamos que estamos dispostos a colaborar, mas

gostaríamos de ter uma informação mais clara sobre a natureza do problema. E muito difícil tomar uma decisão sem saber o que está por trás. Não faz sentido, perdoe-me o Conselheiro Roberto Wagner, advogado como eu, a exposição como foi feita.

Drª Márcia, vamos precisar do seu talento mais uma vez. Vamos enviar um ofício à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, dizendo que esse assunto foi trazido ao Conselho. Trata-se de assunto que nos preocupa. Gostaríamos de ter uma informação sobre o que está acontecendo, as dificuldades práticas existentes, para saber se é possível colaborarmos.

Está bom assim?

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Proposta aceita.

ITEM 4

Radiodifusão comunitária – Inventário de proposições das entidades da área de radiodifusão comunitária, inclusive para alteração da Lei nº 9.612. de 19/2/1998.

Relator: Conselheiro **Daniel Koslowsky Herz**

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Vamos ao Item 4. A matéria foi levantada na última reunião, ocasião em que o Conselheiro Daniel Koslowsky Herz se ofereceu para trazer o inventário das proposições das entidades de radiodifusão comunitária, para definirmos a posição do Conselho sobre o assunto, incluindo eventual proposta de alteração da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências.

Concedo a palavra ao nobre Conselheiro Daniel Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, fizemos consultas às diversas entidades da área de radiodifusão comunitária e recolhemos várias proposições, especialmente as formuladas por algumas das grandes entidades da área. A principal delas é a Abraço – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. Outra entidade bastante expressiva é a Rede Brasil de Comunicação Cidadã – RBC. Surgiram contribuições de outras entidades e de pessoas também. Há uma lista de proposições para melhorar o serviço de radiodifusão comunitária.

Os diversos pontos, no entanto, necessitam consolidação, e alguns deles, uma melhor especifi-

cação, o que exige algum trabalho. A dificuldade de fazer um inventário completo e detalhado para algumas propostas de respostas para os problemas da radiodifusão comunitária, na ótica dos prestadores de serviço de radiodifusão comunitária, decorre, em boa parte, do descrédito desse segmento em relação ao papel do Poder Executivo e do Congresso Nacional. Vêem poucas possibilidades de avanço na regulamentação do serviço, no sentido de atender ao que esse setor identifica como interesse público e na forma de conduzir a apresentação das propostas-se por meio de uma incidência sobre a regulamentação, por intermédio do Poder Executivo, ou de uma mudança da Lei nº 9.612, por intermédio do Congresso Nacional.

O ponto crítico e imediato, sem prejuízo dessa lista ampla de proposições, no sentido de aperfeiçoar o serviço, é o reconhecimento da incapacidade do Poder Executivo de processar os pedidos de autorização – a que se referiu o Ministro das Comunicações, segundo as palavras do Presidente deste Conselho na última reunião –, o que acaba frustrando os direitos de instituições que reúnem condições legais para executar o serviço e não estão podendo fazê-lo, fundamentalmente porque o Poder Executivo está desaparelhado para isso. Então, talvez esse fosse o ponto crítico que exigiria alguma medida emergencial, tanto no sentido de melhor equipar o Poder Executivo quanto no sentido da descentralização do processo de outorga. No caso, uma solução mais definitiva teria de implicar uma mudança na Lei nº 9.612.

Acreditamos também que, evidentemente, os problemas da radiodifusão comunitária e a amplitude das propostas de melhoria e de aperfeiçoamento dos serviços que as entidades apresentaram não se resumem a essa questão e envolvem vários outros aspectos.

Constatamos, juntamente com as manifestações feitas na última reunião do Conselho, que, ao lado da insatisfação das entidades que atuam no segmento de radiodifusão comunitária, especialmente pelos limites a que o serviço está reduzido em função das restrições da Lei nº 9.612, há uma grande insatisfação do ponto de vista das empresas no sentido de reconhecer o aspecto essencial de que a Lei nº 9.612 não resolveu o problema, não deteve as operações sem autorização e não foi suficiente para organizar o segmento. O número de entidades interessadas em prestar o serviço, reunindo ou não as condições para uma operação regular, ultrapassou todas as expectativas, de tal forma que o puro e simples incremento da repressão não resolve o problema. Ele pode conter, residualmente, uma parte das operações que se es-

tão impõe mais de fato que de direito, mas está longe de conseguir organizar o segmento.

Por outro lado, o debate acerca da digitalização da comunicação, que começamos a intensificar e, principalmente, a projetar a partir do trabalho da comissão, na minha opinião, sedimentou uma hipótese de que uma solução definitiva para o problema da radiodifusão comunitária – ou seja, da prestação de um serviço sem fins comerciais e por entidades que têm, na sua forma de gestão, uma representação da sociedade e uma série de reuniões em relação à natureza da programação – somente poderá ser dada no Brasil com a digitalização do rádio, desde que o modelo utilizado permita a superação dos atuais limites do espectro e possibilite uma multiplicação do número de emissoras. Aliás, hipótese que poderia ser considerada, já que a digitalização do rádio pode ser acelerada em relação à digitalização do serviço de televisão, em função do custo dos equipamentos, tanto transmissores quanto receptores, o que possibilitaria uma massificação bem mais acelerada, e que talvez tenhamos uma dívida histórica com o segmento de rádio. A inexistência de políticas públicas para a área de radiodifusão – num sentido amplo, que abrange a radiodifusão – fez com que as emissoras de televisão, especialmente as redes de televisão, estabelecessem uma competição desigual, predatória, com as emissoras de rádio, por exemplo, entre outros aspectos, inserindo publicidade em retransmissoras de televisão sem a exibição de qualquer contrapartida para a comunidade local, enxugando as verbas do mercado publicitário que iriam para as emissoras de rádio.

Exemplos como esse mostram uma competição destrutiva em relação ao rádio. Essa competição, decorrente da falta de políticas públicas, prejudicou enormemente o segmento de rádio, fazendo com que a participação das verbas publicitárias fique em torno de 4%.

Talvez pudéssemos pensar a digitalização do rádio como um elemento para criar facilidades, condições adicionais em relação à transmissão analógica, para o ingresso de novas emissoras e também para a valorização da mídia no rádio e da competitividade desta em relação às demais. É uma hipótese que me parece relevante e que vai surgir do debate da Comissão e de algumas das iniciativas que poderemos ter.

Se não for por uma solução de médio e longo prazo dessa natureza, o que resta é uma complexa redefinição das bases regulamentares, a começar pela Lei nº 9.612. O ponto de partida é o reconhecimento da necessidade do reequacionamento das

questões da radiodifusão comunitária em geral, do que ela traz de prejuízo para o setor privado, para as emissoras comerciais – segundo defendem as emissoras privadas e comerciais – e das restrições a que o serviço está submetido, segundo a sustentação enfática que fazem os prestadores do serviço, bem como os interessados em prestá-lo.

Nossa consulta é para saber se há reconhecimento da necessidade de reequacionamento dessas questões ou um esforço, uma tentativa de buscar uma solução com a alteração da base regulamentar, de se criar uma comissão, desde que se reconheça esse amadurecimento. Em nosso entendimento, não há outra condição de organizar adequadamente o segmento e de evitar o que é, hoje, prejuízo para todos e acaba sendo prejuízo para a sociedade. Ou seja, um segmento de operação privada comercial diz-se prejudicado e tem fundamentos para apontar os prejuízos que está sofrendo pela ocupação descontrolada das freqüências e restrições severas, inaceitáveis e antidemocráticas. Assim os interessados em prestar o serviço vêm sofrendo.

Se há maturidade em relação ao reconhecimento de que há necessidade de reequacionamento da questão, sob pena de esse problema persistir indefinidamente, é preciso constituir uma comissão integrada pela Abert, pela Abratel, pela Fenaj e pela Fitert, dos vários segmentos que estão aqui representados. A Comissão procuraria levantar elementos para o reequacionamento e medidas que possam ser tomadas, alterando a legislação e a regulamentação, e outras que ajudem a organizar o serviço e a evitar os problemas que hoje afetam a todos. É nossa proposição.

Nos próximos dias, seja para o trabalho desta Comissão ou diretamente para o Conselho, terei condições de detalhar as proposições listadas aqui, mas que não foram apresentadas ainda, porque algumas delas precisam de um pouco mais de especificação.

Essa é a proposição que trazemos ao Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil)

– Agradeço ao Conselheiro Daniel Koslowsky Herz por sua participação. Passo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente.

Na semana passada, no Rio de Janeiro, uma rádio comunitária foi fechada e as pessoas foram presas. Obviamente, não deveriam estar completamente legalizadas, ou faltava todo o processo de documen-

tação. Levantamos essa questão, que entendemos seja muito preocupante.

Na reunião passada, até citamos aqui o caso dos Estados Unidos da América, mas não tínhamos os dados. Mencionaremos só um deles: lá existem 1.200 canais de TV comunitária; no Brasil, são apenas 16 canais, de acordo com os últimos números.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A comparação não é boa, Conselheiro, porque a diferença qualitativa das duas realidades é tão grande que não dá nem para comparar! A comunitária de lá não tem nada a ver com a comunitária daqui, de modo que sequer se presta a esse tipo de comparação.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Tudo bem.

Contudo, no caso específico da rádio comunitária em que três pessoas foram presas...

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A rádio de lá é pública; a daqui é privada. Começa por aí! Os números não são comparáveis; são duas realidades inteiramente distintas. Perdão por ter interrompido V.S^a.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – É importante esclarecermos os fatos, e é isso o que o senhor está fazendo, pelo que agradecemos.

O que nós queremos levantar, até reforçando as palavras do Conselheiro Daniel, é que, de fato, precisamos fazer alguma coisa, porque, com todo o respeito às autoridades que emitem ordens de prisão, os juízes, talvez existam coisas mais importantes a serem feitas. Entendemos que, sem violar interesses de quem quer que seja, todo o segmento tem a ganhar com o início de um processo de acordo entre todos, como o Conselheiro Daniel mencionou, para que fatos lamentáveis como esse não ocorram mais.

A legislação está aí, não concordamos totalmente com ela, ou em sua integralidade, mas está aí para ser respeitada. No entanto, é necessário que o Conselho se mexa, dada sua responsabilidade – esse é o seu papel –, para que fatos como esse começem a ser mais raros e também para que consigamos um acordo entre as partes. Dá para sobreviver! É possível sobreviver! Nós, que somos Conselheiros da TV Comunitária do Rio de Janeiro e Presidente do Sindicato dos Técnicos de Cinema, expomos aqui a nossa preocupação com esse tipo de comportamento, que desaprovamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Obrigado, Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

Passo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro. (Pausa.)

Perdão, Conselheiro, mas gostaria de dizer que V.S^a, nas críticas que faz à Lei nº 9.612, não expressa o entendimento que imagino seja o do Conselho.

É uma lei bastante boa tecnicamente. É um avanço democrático, porque, depois de tanto tempo sem legislação alguma, ela responde a isso. É uma lei bem redigida tecnicamente.

Imagino que V.S^a quando fez restrição à lei, estaria certamente se referindo muito mais ao resultado prático de sua aplicação – que não corresponde ao que todos queríamos – do que propriamente à sua existência como realidade formal. Digo isso, Sr. Conselheiro, porque somos o órgão auxiliar do Congresso Nacional, e há responsabilidade quando indicamos a desaprovação formal a uma lei; bem ou mal isso tem repercussão no âmbito do Congresso Nacional. Nós somos órgão auxiliar. Para uma condenação formal à lei, faz-se necessário um pouco mais de tranquilidade, um debate um pouco mais alentado sobre os textos da lei. Estou certo de que essa não foi à intenção de V.S^a que apenas considera frustrante, após esperar tanto tempo, não haver ainda um resultado. E preciso que tenhamos um pouco mais de cautela em relação à matéria legal, porque esta é uma Casa de fazer leis, e nosso papel é de órgão auxiliar. A consequência prática de condenar formalmente uma lei é propor ao Congresso Nacional a sua revisão e indicar como seria a nova lei. É o reparo que faço.

Passo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, o maior problema, hoje, do setor de radiodifusão são as chamadas rádios clandestinas. O setor é absolutamente favorável às rádios comunitárias, mas não pode concordar que as clandestinas tenham o mesmo respaldo por parte da sociedade. É possível a qualquer um, com dez mil reais, se quiser, implementar uma rádio clandestina e entrar em freqüências da Aeronáutica e de outras rádios. É um crime federal. A Polícia Federal é acionada pela Anatel, prende... Essa questão levantada pelo Conselheiro é extremamente relevante. Com relação às prisões, estou absolutamente de acordo com ele, é um exagero. Não é por aí.

O setor de radiodifusão está muito preocupado, Sr. Presidente. Lembro-me, tentando recuperar a história, de que a idéia do Ministro Sérgio Motta, ao co-

mentar a razão pela qual tanto se batia pelas rádios comunitárias, era dar a grupos regionais condições de fazer a defesa do meio ambiente, da cultura regional, enfim, era cultural e sobretudo regional. Mas o Ministro Sérgio Motta se deparou com a dificuldade de montar essas rádios e pensou que seria razoável permitir que houvesse patrocínio. A minha Rádio Comunitária de Campos poderia ter um patrocínio da Prefeitura de Campos, por exemplo, mas não se imaginava, naquela época, que a primeira coisa a ser feita pela minha Rádio Comunitária de Campos seria montar um departamento comercial e, em seguida, ir ao comércio local oferecer por três o que custa trinta e três nas outras rádios. Eu não tenho custos, não comprei a minha emissora, a minha freqüência é pequena, de 500 metros de raio, um quilômetro de diâmetro, portanto, se eu colocar a minha rádio na principal praça de uma cidade, certamente vou alcançar, com o meu sinal, o grande comércio daquela cidade. Como não tenho custo algum, posso fazer uma concorrência predatória com os legais, esses que foram às licitações e que compraram; uma concorrência quase que invencível. Então essa questão do patrocínio/venda comercial preocupa demais o setor.

Quanto ao alcance das transmissões, Sr. Presidente, a idéia era de uma freqüência única de no máximo 500 metros, com antena de 30 metros, um cone de um quilômetro. Isso não acontece; o sujeito aumenta. É fácil aumentar o seu transmissor.

Fiscalização. A Anatel não tem um quadro de fiscalização. A Agência é notificada por alguém que se sente prejudicado, faz uma comunicação a Polícia Federal, que é o órgão competente pela legislação para fiscalizar esse tipo de crime. A Polícia Federal também não tem condições. Hoje, creio que nem é caso de Polícia Federal. É uma infração nitidamente administrativa, com um componente econômico. No caso, o componente econômico é de direito privado. Tenho autorização administrativa federal, estou criando um problema para um privado.

A lei teria que ser mudada e deveria ser retirado do âmbito da Polícia Federal esse tipo de fiscalização.

É absolutamente relevante essa idéia do Conselheiro de fazer uma comissão. Hoje a radiodifusão tem cinco problemas. O principal deles são as rádios chamadas clandestinas. O outro problema são as taxas do ECAD (Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais), Sr. Presidente. Há um desejo enorme do setor de radiodifusão de se fazer presente, porque, na lei do ECAD, o legislador não foi sábio, não deixou presentes às sessões do Ecad representantes de quem certamente paga os direitos autorais. Falta

uma representação de alguém ligado à televisão e falta alguém ligado às rádios.

Quanto à propaganda governamental, Sr. Presidente, há uma legislação que diz que a verba do Governo Federal tem que ser regionalizada. Aí, sim, talvez fosse o caso de um trabalho do Conselho para essa regionalização, que é lei, é um decreto – não tenho de memória o seu número – que diz que a SECOM (Secretaria de Comunicação Social) do Palácio do Planalto tem que regionalizar mais as verbas e atender às rádios, sobretudo àquelas do interior, e também a esse setor de rádio comunitária.

Finalmente, falta ao setor uma linha de crédito específica para ajudar na recomposição dos equipamentos. Penso, então – finalizando, Sr. Presidente – na idéia de uma comissão que tivesse representantes da Abert, da Abratel e de outros setores, para que pudéssemos estudar a rádio comunitária não sozinha, mas num contexto de empresas privadas legais, aquelas que compraram as concessões, as rádios comunitárias, também com fundamentação legal, e essa questão das rádios chamadas clandestinas, que não podem ficar ao arreio da lei, prejudicando as rádios comunitárias, que assim se implementaram, e esse setor que está aí, gerando empregos e pagando impostos.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a contribuição do Conselheiro Roberto Wagner. Há mais alguém que queira manifestar-se sobre este assunto?

Tem a palavra a Conselheira Regina Festa.

A SRA. REGINA DALVA FESTA (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, gostaria de apresentar uma posição no sentido de concordar com a criação dessa comissão para estudar a questão da rádio comunitária no Brasil, proposta pelo Conselheiro Daniel Herz. E creio que devem ser incorporados outros grupos, aqui presentes, nessa comissão.

Entendo perfeitamente o debate que está sendo travado aqui, no sentido de que todos os grupos têm seus interesses. Trago, entretanto, um outro lado desse problema. O art. 220 da Constituição garante o direito, a todo brasileiro, de se pronunciar, e isso não tem sido garantido à sociedade civil brasileira, porque a legalização de tão poucas emissoras não significa isso.

Tenho participado de muitas discussões nacionais e internacionais a respeito do direito à comunicação, o Brasil tem assinado convenções a esse respeito, e penso que esse é um tema que tem sido tratado com uma certa leveza.

Posso perfeitamente entender os interesses aqui manifestados, todos são procedentes: o interesse dos empresários, o do lucro, o interesse legal. Agora, pensar que este País é feito de meios, de leis, de orçamentos, sem incluir pessoas, não é uma decisão total. Tevê comunitária, rádio comunitária, meios de comunicação, tevê digital, digitalização são processos que dizem respeito a pessoas diferentes na sociedade, que não podem ser tratadas apenas do ponto de vista da tecnologia ou do interesse universalista kantiano, em que as diversidades não aparecem. Peço que seja criada esta comissão, da qual eu gostaria de participar e trazer um debate não-universalista, mas que contemplasse diversidades e diferenças.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a manifestação do Conselheiro Fernando Bittencourt.

Passo a palavra ao Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sugiro, Sr. Presidente, que nessa discussão também se inclua a SET, para nos dar o suporte técnico, já que o uso do espectro eletromagnético é um assunto eminentemente técnico.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Há mais alguém que queira se manifestar? (Pausa.)

Conselheiro Geraldo, usarei a técnica que venho adotando: garantirei a palavra a todos. Toda vez que alguém que não tenha se manifestado pedir a palavra, vou dar preferência. V. S^a já se pronunciou e vai se manifestar a seguir.

Com a palavra o Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social) – Sr. Presidente, apresento um ponto apenas para esclarecer e contribuir para a discussão: neste momento, estamos discutindo a digitalização da televisão e do rádio. Para serem digitalizadas, tanto a televisão como o rádio vão ocupar outro espectro. Por exemplo, um canal de televisão que hoje está no ar deverá ter um segundo canal para transmitir o digital, assim como o rádio, dependendo do modelo que for adotado. Cada nova emissora de televisão que entrar no ar significará duas: a que está entrando no ar e a futura digital que ela terá que ocupar. Ou seja, para cada nova outorga, não se estará dando apenas um canal de televisão, mas dois.

Se isso for feito de maneira mal estudada e mal planejada, como muitas vezes as ações políticas in-

duzem, poderá haver problemas seriíssimos na transição para a digitalização e provocar um atraso ou até uma impossibilidade, em algumas regiões, de as emissoras de rádio e televisão se transformarem em digital, prejudicando a sociedade.

É preciso que tenhamos em mente que cada nova emissora de televisão que entra no ar hoje está ocupando dois canais, assim como o rádio.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Agradeço a manifestação do Conselheiro Fernando Bittencourt.

Passo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado, Sr. Presidente. Pedi a palavra, pela segunda vez, apenas para tranquilizar V. S^a. Não queremos, até sob pena de prejudicar o próprio Conselho, criar nenhum contencioso com o Congresso ou qualquer órgão de instância jurídica. Para ilustrar o que apresentamos, está em cartaz um filme brasileiro que aborda a questão da rádio comunitária, em Minas Gerais, chamada “Rádio Favela”, que é ou não uma obra-prima. Falo isso porque há muitos críticos de cinema no Brasil, principalmente para falar contra. No filme, que é muito interessante, está relatado o papel de uma rádio comunitária.

Quando, no final da nossa primeira fala, dissemos “nós, em nome da TV Comunitária do Rio e da nossa entidade, desaprovamos”, referia-me justamente aquilo com o que nosso Conselheiro Roberto Wagner concordou: a consequência, a forma de agir, especificando “prisão”.

Gostaríamos de rediscutir isso dentro desse grupo, do qual eu também quero participar, porque temos que ter alternativas. Como muito bem apresentou a questão o Conselheiro Roberto Wagner, talvez não seja ideal resolver com prisão.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Com a palavra a Conselheira Assunção Hernandes.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Mesmo como suplente, creio que posso usar a palavra. Apesar todo o debate que ouvimos, bastante esclarecedor, gostaria de apresentar minha preocupação com relação a algumas questões, entre elas a da rádio comunitária e a da digitalização.

A posição da entidade que represento e com quem trabalho é de muita preocupação, no sentido de que a sociedade civil brasileira seja mais presente, e

não apenas objeto da comunicação no Brasil. A concentração, tanto da televisão quanto da rádio, no Brasil, é muito sentida, já que o Brasil é um país continental que tem uma diversidade cultural como pouquíssimos países têm e uma riqueza com a qual pode contar, não obstante a pobreza, a miséria e a exclusão que todos já conhecemos aqui. No entanto, todo o procedimento de concessões, ao se permitir a existência da comunicação, tem tido um caráter altamente concentrador.

Gostaria de aqui deixar minha preocupação e minha posição de que avançamos na democracia, o que me parece uma grande conquista da qual ninguém quer abrir mão. A comunicação tem de seguir também esse caminho. Esses dois grupos estão trabalhando, e acredito que também o da regionalização, o qual tem esse caráter previsto na Constituição há 13 anos, apesar de até hoje não termos conseguido implementá-lo.

Principalmente quanto à questão do isolamento e da falta de canal de apresentação do audiovisual independente no Brasil, podemos dizer que temos pouquíssimas televisões. Se esses a serem concedidos forem dois, ainda será muito pouco, mesmo porque um deles é quase majoritário no País. Um país continental como este, com milhões e milhões de brasileiros de classes sociais tão diferentes, com questões culturais tão diversas e ricas, ainda é muito pouco representado. A nossa posição, a nossa batalha é para que seja mais e mais presente a imagem diversificada do Brasil. E isso, obrigatoriamente, tem de ser mostrado na televisão.

Temos só 1.650 salas de cinema para cerca de 6 mil municípios no Brasil, nas quais vemos, de saída, a exclusão automática da população brasileira. Isso sem considerar que elas se destinam, basicamente, à classe "A", que pode pagar R\$8,00, R\$9,00, R\$10,00, R\$12,00 pelo ingresso. Na verdade, o veículo que mais chega, democraticamente, aos lares brasileiros, a televisão aberta, não tem exibido um produto audiovisual independente brasileiro.

Portanto, poderíamos dizer, sem risco de dúvida, que temos cinco olhares que vêm o nosso Brasil continental. É nesse ponto também que reitero o nosso interesse de que a presença diversificada, a presença regional, a presença de olhares independentes que enriqueçam a forma de ver, de discutir e de apresentar o País sejam de fato pontos importantes na atuação deste Conselho. Essa é uma preocupação que sinto em boa parte dos conselheiros, incluindo a Presidência.

Gostaria de reiterar o interesse de que esses assuntos sejam discutidos com a visão da desconcentração. A comunicação no Brasil é absolutamente concentrada, e há ainda um espaço enorme a ser representado e a ser introduzido para que possamos, realmente, ter uma democracia sólida no País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselho agradece o brilho intenso da participação da Conselheira Assunção Hernandes Moraes de Andrade.

Passo a palavra ao Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, gostaria apenas de ressaltar o entendimento que fundamentou a proposição da criação de uma comissão inicialmente de quatro membros. A existência de comissões ou grupos de trabalho como subdivisões do Conselho não deve, de maneira alguma, tolher ou ser encarada como possibilidade de restrição ou condicionamento para o exame no mérito de todas as posições que o Conselho vier a tomar do papel que cabe ao Pleno.

A idéia dessas comissões ou grupos de trabalho é agilizar medidas, iniciativas, especificação do debate, enfim, num sentido político, mas principalmente operacional, para agilizar a atuação do Conselho. Evidentemente, é no Pleno do Conselho que se deve proceder a um exaustivo debate de mérito. Esse é o lugar em que as decisões do Conselho serão tomadas.

Por isso, a proposição inicial de haver quatro membros visava, sobretudo, à operacionalização do levantamento desses elementos e argumentos. A incorporação de dois ou eventualmente de até mais conselheiros, ampliando-se o número de setores envolvidos no debate, num trabalho ainda preliminar ao tratamento da matéria no Pleno, só enriquece o seu desenvolvimento.

Então, com esse comentário, quero dizer que, na proposta de existência de quatro membros na composição inicial, não havia nenhuma restrição à participação de qualquer outro conselheiro ou setor queira se fazer representar.

Em segundo lugar, gostaria de informar que faço parte do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini, órgão de representação da sociedade perante a organização das emissoras educativo-culturais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Esse órgão de representação da sociedade abordou o problema da conceituação dos sistemas "priva-

do”, “público” e “estatal”, previstos na Constituição Federal, em seu art. 223, que até hoje não mereceu especificação nenhuma, numa total omissão do Ministério das Comunicações. Nem nos anteprojetos da legislação que elaborou, em suas várias versões, especialmente na década de 90, o Ministério preocupou-se em sistematizar formulação nesse sentido.

Estamos concluindo uma posição do Conselho nesse sentido. Ainda durante esta semana, o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini encaminhará a este Conselho algumas ponderações, uma base de argumentação que procura avançar na especificação desses conceitos de “privado”, “público” e “estatal”. Refiro-me a essa contribuição do Conselho, porque, tal qual formulado por essa abordagem, teríamos condição de inserir a radiodifusão comunitária no conceito de sistema público – não da forma como argumentarei aqui, mas da forma como está fundamentada. Isso possibilitaria uma adequada especificação de “função social”, da sua amplitude e de seus limites, em comparação com a especificação de amplitudes e limites também da radiodifusão privada comercial.

Gostaria de informar que, nos próximos dias, encaminharemos essa contribuição, que esperamos possa ajudar no equacionamento conceitual dessa questão, da qual se poderão retirar desdobramentos importantes para se pensar a radiodifusão comunitária no contexto da radiodifusão, tal qual a radiodifusão privada comercial também deve ser pensada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Alguém mais deseja usar da palavra sobre esse assunto?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Concedo a palavra ao Sr. Roberto Wagner.

Esse é um assunto que preocupa a todos nós. Quando estive com o Ministro das Comunicações, Juarez Martinho Quadros do Nascimento, obtive de S. Exa a informação de que o Ministério está preparado para dar, em média, mil outorgas de rádio comunitárias por ano. Há oito mil pedidos pendentes de apreciação. A Lei nº 9.612/98 determina que, a cada três anos, deve haver a renovação dessas concessões, no parágrafo único do art. 6º:

“A outorga terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.”

O cenário, portanto, é aquele em que o Ministério está aparelhado a dar mil concessões, sem considerar o exame das renovações das outorgas. Então, algo está errado. Vamos retomar o que dissemos na última reunião: ou está errada a Lei ou está errada a estrutura de gerenciamento dessas outorgas.

A Lei não é má; é bem pensada. Não está nela nada que proíba a delegação do exame do deferimento das outorgas aos órgãos estaduais: os Dentel. Ignoro o que se passa, pois o Ministério não consegue encontrar uma maneira de superar esses gargalos. Isso bloqueia uma reflexão mais ampla sobre o próprio sentido do rádio no Brasil.

O Brasil tem um problema básico, premente e maior que todos os outros: trabalho, ocupação e renda. Nas bases atuais, estão abertas as portas para que o Governo dê a concessão de um negócio que pode se realizar sem um único empregado. O fenômeno mais marcante da expansão das rádios na minha região, que é o Nordeste, é o fato de as rádios oferecerem emprego zero. Uma entidade, uma empresa privada com emprego zero é problema dela. Mas um país que precisa oferecer alternativas de emprego e renda para a sua população, não sei se tem o direito de dar uma patente que permite ao proprietário ter uma empresa sem nenhum empregado. Trata-se de uma autorização pública! Nada se pagou por boa parte das que aqui estão. E recente a remuneração pelas concessões. Não há sequer a contrapartida de um único emprego.

Por outro lado, essas rádios de emprego zero funcionam com cadeado. Coloca-se o disquete com os anúncios, e o dono vai para casa esperar o faturamento – mesmo pouco – no final do mês. Amanhã, se for preciso anunciar uma vacinação, uma missa, a morte de alguém ou um fato importante, não existe um veículo. Há uma grande massa de municípios sem dimensão para ter um jornal. Nesses municípios, o instrumento de comunicação é a rádio. E não existe sequer locutor para anunciar que o cidadão morreu, ou que haverá vacinação na cidade, ou que alguém casou, ou que será realizado um concurso público. Não há nada! Será que esse é o modelo de comunicação que se quer para o País? Sem um emprego e com zero de compromisso para com a região?

A lei diz que é preciso haver compromisso com a regionalização da programação. O mínimo de regionalização da programação é anunciar que, por exemplo, morreu a professora e estão todos convidados para o enterro. Existe uma rádio no lugar e não se pode divulgar essa notícia!

Vejam bem: eu disse, quando cheguei aqui, que estava sem certeza nenhuma. Estou apenas refletindo o que tenho ouvido das pessoas. Em alguns casos – quero confessar aos Srs. Conselheiros – fico muito impressionado com o que tenho ouvido.

Não ignoro a existência de rádios piratas. Sobre elas, a mão pesada da lei deve ser severa. É preciso compreender que há uma distinção entre rádios piratas e rádios comunitárias. Há um grande volume de rádios que estão funcionando porque o Estado não consegue responder à demanda social. Uma rádio que entra na fila agora vai ter deferido o seu pedido daqui a 10, 12 ou 13 anos. É da natureza humana que se ponha a rádio no ar; é um pouco a revolta dos fatos contra os códigos. Então, se há um setor que precisa parar para refletir, com mais tranquilidade, sobre o que está acontecendo é esse. E inconcebível um setor nacional que seja tão mal gerido como esse! E preciso encontrar respostas. Estou expondo um pouco do que colhi nas minhas andanças. Esse é um setor em que a gestão pública é lastimável. Precisamos encontrar caminhos. Associo-me a todos os esforços no sentido de que possamos contribuir para uma mudança qualitativa.

Não tenho nenhuma simpatia pela idéia de que o Conselho possa articular comissões que representem setores específicos. Se tiver que ser assim, penso que os setores devem articular-se entre si para buscar interação com os órgãos públicos que quiserem. Estamos implantando um órgão que queremos ver funcionando; um órgão no qual boa parte desses setores já estão representados. Se nos inclinarmos por reuniões do Conselho de Comunicação Social com o Ministério das Comunicações e a Anatel, manifesto minha adesão absoluta. Não penso que o Conselho deva ser um instrumento que agende reuniões entre órgãos pulverizados. Já temos muitos assuntos para nos preocupar e não vejo nenhuma razão que nos leve a fazer gestões para essa reunião.

De forma que consulto se os senhores consideram importante que o Conselho, como entidade, se relacione com a Anatel e com o Ministério das Comunicações na busca de solução para esses assuntos – o Conselho, não as entidades isoladamente consideradas.

Assim, peço permissão aos senhores para pôr em votação, primeiro, a tese de que o Conselho buscaria interação com o Ministério das Comunicações e a Anatel para formar uma comissão que estudasse mais a fundo esse problema. Quero dizer que isso vem ao encontro da melhor técnica legislativa. Faço parte de uma comissão na Itália, uma fundação cha-

mada Fondazione Giorgio Cini e, a última vez em que estive lá, realizou-se uma proposta de lei de condomínios e incorporações. Quem faz o primeiro projeto de lei é uma entidade de sociedade civil, que entrega ao Congresso Nacional para discuti-lo, já estando a minuta do projeto pronta.

Quando o Congresso americano quis fazer a reforma da sua lei de imprensa, o seu *Libel Reform Act*, encorajou a versão inicial ao Annenberg Institute, provavelmente, o órgão mais avançado em estudo de jornalismo nos Estados Unidos. Esse Instituto ofereceu o projeto que está sendo discutido no Congresso americano.

A idéia de que o Conselho possa se reunir com o Ministério das Comunicações e a Anatel, eventualmente com o Ministério da Justiça, no sentido de refletir sobre um modelo e elaborar uma nova proposta, está bem na linha do que há de mais moderno do ponto de vista de técnica legislativa.

Vou colher votos para essa proposta. Não estou me referindo ainda aos nomes que vão compor essa comissão, porque só o farei se a comissão for aprovada.

Como vota o Conselheiro Roberto Wagner?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Encaminharei a matéria de acordo com o Conselheiro Daniel, por uma comissão do Conselho.

O Conselheiro Daniel, prudentemente, ponderou que, nessa Comissão do Conselho, seria interessante que estivessem presentes os Presidentes da Abert e da Abratel.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Perdoe-me. Não se trata disso. Conselheiro Roberto Wagner, não estou discutindo ainda os nomes que comporão essa comissão.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Estou tentando recuperar o espírito da indicação do Conselheiro Daniel Herz.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sr. Conselheiro, há dificuldades. Este Conselho está começando agora.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sim, Sr. Presidente. Mas trata-se de uma indicação de um Conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Será um

Conselho que se entenderá com entidades – que já estão aqui representadas – no sentido de que se comunicem...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Sr. Presidente, creio que seria democrático que V. S^a aguardasse a manifestação dos Conselheiros. Foi um Conselheiro que apresentou essa indicação e com quem, por acaso, concordo. Encaminhando o que vou votar, a idéia do Conselheiro Daniel me parece muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Não me estou fazendo entender. Não vejo nenhuma dificuldade em constituir essa comissão. Entretanto, não será uma comissão do Conselho. É o que quero dizer. No conjunto de nossos esforços, precisamos analisar se ainda agregaríamos o esforço de articular com um conjunto grande de entidades para uma reunião da qual o Conselho não estará fazendo parte. O Conselho inclusive pode entrar nessa matéria adiante, mas, num primeiro momento, se são as entidades que se relacionarão, não é o Conselho. Era essa a minha manifestação.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho) – Concedo a V. S^a a palavra.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Ao citarmos os setores – mais especificamente entidades que representam esses setores na qualidade de representantes que há no Conselho –, não estávamos falando do envolvimento direito e institucional das entidades. V. S^a fez um reparo com toda a razão. Precisamos pensar o Conselho como uma representação do conjunto da sociedade. Portanto, não são as entidades que estarão falando.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Exatamente.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Então o reparo é procedente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Sr. Conselheiro, é exatamente esta a matéria. Inclusive, se passarmos por esse primeiro ponto, os representantes do Conselho devem ser os mais plurais possíveis.

Gostaria, anteriormente, de definir com o Conselho se se trata de uma participação do Conselho ou das entidades. Talvez seja melhor esclarecer essa situação. Encaminho dessa maneira.

Desejo saber se a participação é do Conselho ou das entidades.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Do Conselho. A proposição nunca foi envolver direta e somente as entidades.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A participação do Conselheiro Roberto Wagner e de V. S^a foi importante no sentido de redirecionar o encaminhamento da votação. Nessa nova linha, seria uma comissão do Conselho ou das entidades?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho) – Do Conselho.

Como essa comissão do Conselho será constituída? Em relação a esse ponto, estou inteiramente de acordo que será o mais plural possível. Zelarei por este Conselho. Já é muito difícil começar do zero.

Quem desejará participar da comissão?

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Inicialmente, propusemos que os participantes sejam os Conselheiros que têm representação nos setores sociais: Conselheiros Paulito, Roberto Wagner, Francisco Pereira da Silva e Daniel Koslowsky Herz.

Sugestões de agregação: Conselheira Regina Dalva Festa e havia alguém da SET.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – A SET está representada no Conselho?

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Sim.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sim, pelo Conselheiro Fernando Bittencourt.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Mas onde ele está? Aproveitando a sua ausência, vamos nomeá-lo à revelia – seis membros – para integrar a Comissão do Conselho. Estamos bem postos nessa questão.

Antes de fazer as comunicações finais, declaro aos Srs. Conselheiros que é inadequado encerrarmos a reunião sem ouvir a voz do Conselheiro Francisco

Pereira da Silva, candidato a Deputado, e do jornalista Alberto Dines, candidato a santo.

Concedo a palavra ao Conselheiro Francisco Pereira da Silva. Ou V. S^a considera que sua voz é privilégio dos brasilienses?

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Estou calado, mas permaneço atento, acompanhando os trabalhos. Incluído na comissão, trabalharei e convocarei mais pessoas, já que o suplente tem agora a oportunidade de participar com a voz. Já anunciei que convocarei o Sr. Orlando José Ferreira Guilhon para estar conosco.

Para fazer o meu comercial, eu, Chico Pereira, informo que sou candidato a Deputado Distrital em Brasília. Por isso, trazer o Sr. Orlando José Ferreira Guilhon – meu suplente – também é uma tática.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Conselheiro Jorge da Cunha Lima, queremos ter o prazer de ouvi-lo.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, trago os cumprimentos da ABEPEC – Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais –, que, no 16º Encontro, realizado na Bahia, neste fim de semana, se congratula com o País pela constituição deste Conselho, que esperamos desde que a Constituição Federal foi proclamada e que, finalmente, tem seu espaço.

Aproveitando a existência do Conselho, a unanimidade dos representantes e presidentes das televisões públicas, não posso deixar de me referir à acefalia legislativa com relação à televisão educativa e pública do Brasil.

Sr. Presidente, V. S^a conhece – como todos os presentes – a seqüência de códigos e leis que foram estabelecidas sem modificar diretamente esses institutos legais e que deixaram a televisão pública e educativa deste País num vácuo legislativo inconcebível.

Portanto, os referidos representantes e presidentes das televisões públicas aproveitam a existência deste Conselho para enviar um ofício a V. S^a (Anexo VIII), dizendo com simplicidade que, no que concerne às televisões educativas, há uma possibilidade de legislação contendo três ou quatro artigos singelos que colocariam ordem nessa questão que nunca se desejou organizar neste País. Não interessava à ditadura colocar a viabilidade de televisão educativa e pública. Depois, por desleixo, não interessou também aos governos sucessivos a regulamentação da televi-

são pública neste País em todos os seus aspectos educativos e culturais.

Sobre o assunto que está sendo hoje um debate universal da maior importância, o governo francês se dá ao luxo de privatizar a televisão pública e educativa da França sem cerimônia, apenas respaldado pelas eleições presidenciais. Precisamos que este risco não ocorra no Brasil: a televisão pública ser um jogue-te da incompreensão e da ausência de legislação.

Nesse sentido, quero saber o que faço em relação a essa determinação da unanimidade dos presidentes de televisões públicas, que foi encaminhar a V. S^a uma proposta para que este Conselho tente elaborar, melhor do que esta, uma legislação específica para as televisões educativas. Se esperarmos uma lei geral de comunicação eletrônica de massa, atravessaremos mais um milênio sem que isso aconteça ou que aconteça favoravelmente.

Então, pedimos uma legislação específica, porque é o setor mais prejudicado, já que a televisão comercial no Brasil está sobejamente legislada. Para a nossa, há uma ausência de legislação.

Então, gostaria de saber se encaminho este pedido a V. S^a para que todos discutam e se chegue a uma conclusão. A vontade das televisões públicas é essa.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho. Representante da sociedade civil.) – Agradeço a participação, com o brilho habitual, do Conselheiro Jorge da Cunha Lima.

A questão das televisões educativas está nos jornais. Talvez nenhuma matéria tenha saído tanto nos jornais quanto esta. Quase todos os dias. Nós vamos fazer um estudo sério sobre esta questão das televisões educativas. Há, entretanto, um gargalo na institucionalização do nosso Conselho. Vamos caminhar para dois modelos que são qualitativamente diferentes. É difícil saber, hoje, o que seremos amanhã. Lembro-me de Orwell: “quem controla o futuro controla o presente; quem controla o passado controla o futuro.” Esse passado, nós não controlamos. Estamos caminhando para ter um conjunto de técnicos qualificados no Conselho para propor ao Congresso Nacional as legislações. Apresentaremos o projeto de lei, e o Congresso Nacional fará os ajustes políticos e institucionais que entender cabíveis, isso a partir de um projeto que já recebeu, que foi maturado e bem redigido. Esse é um caminho. Outro caminho é não termos essa estrutura de assessoria legislativa e indicar ao Congresso Nacional os temas das legislações a serem tratados. Estamos no começo da caminhada, e

ainda não está claro, para mim, qual dos dois modelos vamos seguir. Este órgão, como está sendo criado no Brasil, não existe no mundo. Vamos fazê-lo. Eu sempre disse que, se tivermos de errar, vamos errar com as nossas próprias idéias. Teremos de coser com as nossas linhas.

Encarrego V. S^a de fazer um estudo sobre esta proposta e um detalhamento mais consistente e apresentar ao Conselho, na próxima reunião, uma proposta sobre esta matéria.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA (Representante da sociedade civil.) – Agradeço a oportunidade e pergunto se, para facilitar o debate da próxima reunião, a Secretaria poderia distribuir cópia deste ofício, porque todos estarão mais ou menos dentro do pensamento.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil.) – A Secretaria assim remeterá para todos. Agradeço a participação de V. S^a, que não esteve presente nas primeiras reuniões e ouvirá agora, de viva voz, o nosso empenho para que o suplente participe de todas as reuniões. A única limitação será no momento de votar, o que nem faz diferença, porque temos votado sempre por consenso. Vossa Senhoria, por favor, não deixe de abrilhantar as reuniões do Conselho.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA (Representante da sociedade civil.) – Sr. Presidente, confesso uma ignorância acerca do Regimento. Eu acreditava que os suplentes não podiam comparecer, a não ser substituindo o titular. Somente agora fiquei sabendo desta possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil.) – A falha foi nossa. Todo começo é difícil, Conselheiro. Há telefones residenciais de membros que só agora eu tenho. Há um Conselheiro com quem sequer consegui falar.

Informo a V. S^a que a nossa posição é de considerar bem-vindos os conselheiros suplentes e garantir-lhes participação ampla nas resoluções do Conselho. Apenas, na hora de votar, se estiver presente o conselheiro titular, o suplente não vota.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA (Representante da sociedade civil.) – Bem-vindos, virão.

Peço licença ao Presidente para me retirar, pois tenho uma reunião ainda hoje à noite e preciso tomar um avião daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil.) – Lembro

episódio de Sérgio Buarque de Holanda com um motorista de táxi. Ele chega com o fardão, e o motorista de táxi faz a pergunta: "Sois rei?" Ele diz: "Não, vamos embora, que estou atrasado." O motorista diz: "Doutor, fique tranquilo, porque sem o senhor nenhuma reunião começa aqui no País." Então, fique tranquilo, porque, sem o senhor, esse avião não decola.

Agora, queremos ouvir a voz incandescente e juvenil do mestre Alberto Dines.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Sr. Presidente, agradeço a preocupação e o convite, mas o meu silêncio – e não omissão – deve-se a uma razão técnica. Estou gripado há quinze dias e tenho de me poupar. Não tenho mais idade, como os demais conselheiros, para cometer abusos.

Quero aproveitar a oportunidade para oferecer uma reflexão. Eu já vinha me manifestando desde a instalação, inclusive por escrito, sobre a existência de uma contradição, de um paradoxo. Este Conselho de Comunicação Social, que representa uma série de instituições ligadas à atividade de comunicação, é o órgão menos comunicado que conheço. A sociedade não o conhece, não sabe que foi instalado, a começar pelo dia seguinte ao da sua instalação, em que apenas um jornal, o **Correio Braziliense**, da imprensa local, dignou-se a reproduzir a cerimônia de instalação.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil.) – V. S^a me concede um breve aparte?

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil.) – A imprensa pernambucana noticiou a instalação com enorme estardalhaço. A Assembléia Legislativa emitiu voto de aplauso, assim como a Câmara Municipal de Recife. Não tenho culpa se vocês, de São Paulo, vivem em lugares menos desenvolvidos. (Risos). Em Pernambuco, o destaque foi amplo.

O SR. ALBERTO DINES (Representante da sociedade civil) – Feita a ressalva e o pedido de desculpas, a exceção está registrada. Trata-se apenas de uma questão de consciência individual dos Srs. Conselheiros, sobretudo daqueles que estão ligados aos meios de comunicação de massa. O segredo e o sucesso deste Conselho, que, como disse V. S^a, talvez seja único no mundo, está se tornar relevante e ter uma exposição pública. Embora não seja um órgão executivo, apenas consultivo, precisa ser conhecido.

Apelo aos Srs. Conselheiros que tenham conexões, de forma direta ou indireta, com os meios de comunicação de massa no sentido de que as nossas reuniões, as nossas atividades sejam minimamente divulgadas, para que a sociedade possa se sentir representada. Aproveito, pois, a oportunidade para oferecer aos demais membros essa reflexão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil.) – A observação do Dines é absolutamente procedente. Eu próprio já senti necessidade de ter uma estrutura neste Conselho. A assessoria não pode ser melhor, nada nos faltou, mas é preciso um complemento, uma assessoria de imprensa. Isso deve ser cuidado. O começo é sempre complicado, mas temos um certo perdão.

ITEM 1

Audiência com os Ministros de Estado da Justiça e das Comunicações e com os Senadores Antero Paes de Barros e Artur da Távola

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil.) – Informo aos Srs. Conselheiros que a audiência pública que seria realizada com o Ministério das Comunicações, o Ministério da Justiça e os Senadores Antero Paes de Barros e Artur da Távola fica transferida para outubro, que é o mês mais próprio.

Lembro aos Srs. Conselheiros que ainda não entregaram suas fotografias e resumo biográfico que o façam. Eu próprio já entreguei. Há outros em piores condições, não farão tão feio.

Drª Márcia, V. Sª fica encarregada de, posteriormente, com gentis telefonemas, fax ou e-mail, cobrar de cada um. O livro é muito útil, até quando cada um dos senhores desejarem falar com outro.

Concedo a palavra à Conselheira Berenice.

A SRA. BERENICE ISABEL MENDES

BEZERRA (Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr. Presidente, aguardava por esta oportunidade. Percebo que caminhamos para o fim, e V. Sª novamente abordou o tema da audiência, que está ligado ao que desejo dizer. Peço desculpas por interromper. Na realidade, gostaria apenas de prestar uma informação não apenas ao Conselho como um todo, como aos meus companheiros Conselheiros da comissão que vai analisar e elaborar o parecer a ser submetido ao Conselho, a propósito da regionalização da programação, enfim, da regulamentação do art. 221 da Constituição Federal, talvez da elaboração

de um próprio substitutivo ao projeto da Deputada Jandira Feghali.

Por ser obrigada a ficar afastada durante quinze dias, o volume de tarefas aumentou após meu retorno, o que impediu que eu me articulasse com os conselheiros que participam comigo dessa tarefa. Por outro lado, buscando não atrasar tanto essa obrigação e compromisso, tenho procurado ouvir e debater com pessoas que fazem produção independente de audiovisual nos Estados e nas regiões. Lenho levado a essas pessoas não apenas os entendimentos colocados na audiência pública realizada em junho deste ano no Senado Federal, mas as preocupações relativas à forma de regionalização – não a regionalização geográfica –, e tantas outras questões levantadas.

Ainda na semana passada, participamos do Fórum Audiovisual da Federação da Indústria do Rio de Janeiro, composto pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cinema, pela Associação dos Produtores Independentes de Televisão e uma série de outras entidades que acompanham nosso trabalho – por mais que não seja divulgado, as pessoas têm conhecimento – com grande expectativa. Estamos nos articulando no sentido de que tais questões sejam aprofundadas dentro dessas entidades e que retornem a nós os posicionamentos que levaremos ao conjunto da Comissão.

Haverá também uma reunião na próxima semana em São Paulo com um grande número de entidades e de produtores independentes da região Sudeste. Já tivemos a oportunidade de nos reunir no Festival de Gramado com os realizadores da região Sul, e ainda pretendemos levar o tema até o Nordeste. Então, poderemos nos sentar com nossos companheiros e colocar com clareza e legitimidade a nossa posição em relação à questão.

Portanto, gostaria apenas de informar que o trabalho está andando, não no ritmo que gostaríamos, mas está andando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil.) – Com a palavra o Conselheiro Daniel Herz.

O SR. DANIEL KOSLOWSKY HERZ (Representante da categoria profissional dos jornalistas.) – Antes de o Presidente apresentar as suas palavras finais, eu gostaria apenas de fazer um apelo aos conselheiros que integram as comissões para que não se dispersem após a reunião, a fim de que possamos agendar as atividades das comissões nas próximas semanas.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil.) – Não nos dispersaremos.

Lembro aos senhores que devem trazer a foto e o currículo. Lembro também que, por favor, havendo matéria que desejem ver incluída na Ordem do Dia, nos façam chegar com antecedência maior do que os oito dias protocolares para a convocação da Ordem do Dia.

Com a palavra o Conselheiro Francisco Pereira da Silva.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – A propósito de tanta insistência com relação à foto, gostaria que a nossa Secretaria, se possível, comunicasse quem verdadeiramente ainda está faltando entregar, porque já estou temendo que a minha tenha desaparecido.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavalcanti Filho – Representante da sociedade civil) – Esse é um golpe sórdido (riso). Fui o primeiro a entregar.

Quero lembrar aos Srs. Conselheiros que a próxima reunião não será na primeira segunda-feira, como de hábito, mas no dia 14 de outubro. Decidimos na primeira reunião que haveria a exceção do mês de outubro, devido às eleições.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 4^a REUNIÃO DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANEXO I

OF. SF Nº 928/2002

Brasília, 12 de agosto de 2002

Ilmº Sr.

Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho
Presidente do Conselho de Comunicação Social
Senado Federal

Senhor Presidente,

Reportando-me ao Requerimento CCS nº 1, de 2002 (Ofício CCS nº 1, de 2002, de 26/6/2002, na origem), comunico a V. Sª, e, por seu alto intermédio, ao Conselho de Comunicação Social, que a Mesa do Senado Federal, em reunião realizada em 6 de agosto corrente, aprovou, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, o Regimento Interno desse Colegiado, conforme Parecer, Ato da Mesa e Ata da Reunião em anexo, que foram publicados no *Diário do Senado Federal* de 8 do corrente. – Cordialmente, Senador RAMEZ TEBET – Presidente do Senado Federal.

ANEXO II

OF. SF Nº 929/2002

Brasília, 12 de agosto de 2002

Ilmº Sr.

Conselheiro José Paulo Cavalcanti Filho
Presidente do Conselho de Comunicação Social
Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a V. Sª, e, por seu alto intermédio, ao Conselho de Comunicação Social, que a Mesa do Senado Federal, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, em sua 132 Reunião, realizada em 6 do corrente, resolveu formular, a esse Colegiado, a seguinte consulta, conforme cópia da respectiva Ata em anexo:

“Considerando os avanços tecnológicos de informações na área de comunicação social com o advento da digitalização, a que, certamente, o Brasil terá que se integrar, solicitamos posição desse Conselho sobre o assunto.

Cordialmente, – Senador RAMEZ TEBET – Presidente do Senado Federal.

Ata da 13^a Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 6 de agosto de 2002

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e dois, às onze horas, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Ramez Tebet, Presidente; Edison Lobão, 1º Vice-Presidente; Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente; Carlos Wilson, 1º Secretário; Antero Paes de Barros, 2º Secretário; Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário; e Ronaldo Cunha Lima, 3º Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, anunciando os assuntos constantes da pauta. Item 1: Requerimentos nºs 407 a 409 e 421, de 2002, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando informações, respectivamente, aos Ministros de Estado da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Agrário e da Justiça. O Senhor Presidente comunica que distribuiu anteriormente os requerimentos ao Senador Mozarildo Cavalcanti para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Mozarildo Cavalcanti apresenta os seus relatórios que concluem favoravelmente aos requerimentos. Submetidos à discussão e votação, são os relatórios aprovados pela unanimidade dos presentes. A Secretaria-Geral da Mesa. Item 2: Requerimentos nºs 443 e 444, de 2002, de autoria do Senador Francisco Escórcio, solicitando informações,

respectivamente, aos Ministros de Estado da Fazenda, por intermédio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e da Justiça, por intermédio do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); e 446, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando informações, ao Ministro de Estado da Justiça. O Senhor Presidente comunica que distribuiu anteriormente os requerimentos ao Senador Carlos Wilson para relatar, a quem concede a palavra. O Senador Carlos Wilson apresenta os seus relatórios que concluem favoravelmente aos requerimentos. À Secretaria-Geral da Mesa. Item 3: Requerimento nº 1, de 2002, de autoria do Conselho de Comunicação Social, que "Submete à aprovação da Mesa do Senado Federal o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, aprovado em sua 2ª Reunião, realizada em 26 de junho de 2002." O Senhor Presidente comunica que distribuiu anteriormente o requerimento ao Senador Edison Lobão para relatar, a que concede a palavra. O Senador Edison Lobão apresenta o seu relatório que conclui favoravelmente ao requerimento, nos termos do seguinte: 'Ato nº 2, de 2002, da Mesa do Senado Federal. Aprova o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, com emendas aos arts. 33 e 36, limitando sua vigência à duração do mandato dos atuais Conselheiros. O SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o art. 3º da Lei nº 3.389, de 1991, e em conformidade com o art. 224 da Constituição Federal, resolve: Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, com as seguintes emendas: "Art. 33. Parágrafo único. O projeto definitivo mencionado no caput deverá ser aprovado antes do término do mandato dos atuais conselheiros." (NR) "Art. 36. Este Regimento Interno vigorará a partir de sua aprovação pela Mesa do Senado Federal, até o término do mandato dos atuais Conselheiros." (NR.) Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação." Submetido à discussão e votação, é o relatório aprovado pela unanimidade dos presentes. À Secretaria-Geral da Mesa, para as providências legais. Prosseguindo os trabalhos, a Mesa, nos termos do art. 20 da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, resolve formular a seguinte consulta ao Conselho de Comunicação Social: "Comunico a V. Exª e, por seu intermédio, ao Conselho de Comunicação Social, que a Mesa do Senado Federal, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, em reunião realizada hoje, decidiu solicitar a este Conselho o seguinte: "Considerando os avanços tecnológicos de informações na área de comunicação social com o advento da digitalização a que, certamente, o Brasil terá que

se integrar, solicitamos posição desse Conselho sobre o assunto." Em seguida, o Senhor Presidente suspende a reunião, às onze horas e vinte minutos, ao tempo em que determina que eu (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às onze horas e trinta minutos, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata. Sala de Reuniões, em 6 de agosto de 2002. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente.

ANEXO III

Associação Brasileira de Imprensa

Rua Araújo Porto Alegre, 71 – Castelo – Rio de Janeiro – RJ. CEP.: 20030-010
Tels.: (21) 2292-9202/2282-1292 Fax.: (21) 2262-3893
<http://www.abi.org.br> e-mail.: diretoria@abi.org.br
Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2002.

Ao
Conselho de Comunicação Social
A/C. Dr. José Paulo Cavalcanti

Senhor Presidente:

A Associação Brasileira de Imprensa, através da sua Comissão de Sindicância e do seu Departamento de Imprensa Comunitária, tem procurado orientar as pessoas que se aventuram a colocar em circulação Jornais Alternativos/Comunitários da importância de legalização desses veículos. E se prepara para atuar também junto àqueles que se interessam pelas Rádios e TVs Comunitárias.

A instalação do Conselho de Comunicação Social passa a se constituir, para nós, em um importante órgão de consulta no embasamento deste serviço que a ABI vem prestando, inicialmente, na cidade e no Estado do Rio de Janeiro. A proposta é contribuir para que seja disciplinado e preservado esse mercado de trabalho dos jornalistas, ampliando aos poucos essa tarefa aos demais estados da Federação.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 muita gente tem se valido do seu Capítulo V (os seus Artigos 220 a 224 tratam da Comunicação Social) para se julgar com os mesmos direitos dos jornalistas nas suas múltiplas – todas ligadas a formação de opinião – funções de edição.

Com a decisão da Juíza Carla Rister, Juíza substituta da 162 Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, concedendo liminar permitindo o acesso à

profissão de Jornalista sem formação superior, a confusão tem sido maior ainda.

O Artigo 220 ("A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição") (Grifo da ABI) é o que tem gerado a interpretação equivocada e provocado o caos na função social e política do jornalismo.

Diante dos inúmeros jornais e "Jornalistas que em função desta distorção, começaram a surgir de repente, o que fez a ABI, através de sua Comissão de Sindicância e do seu Departamento de Imprensa Comunitária?

Deu início à promoção de uma série de seminários, em sua sede e em alguns municípios fluminenses, alertando para o problema e chamando a atenção para os seguintes pontos:

a) Que o parágrafo 1º do Artigo 220 da Constituição Federal de 1988 é taxativo ao afirmar:

'Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação observado o disposto nos incisos IV, V, X, XIII e XIV do Artigo 5º; (Grifo da ABI);

b) Que o inciso XIII, acima aludido, não deixa margem a outra interpretação pela sua clareza ao ressaltar: "E livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (Grifo da ABI).

As qualificações profissionais no caso dos Jornalistas – está claro – são aquelas definidas no Decreto-Lei 972/69 (17.10.1969) aprimoradas pelo Decreto 83.284 (13.03.1979).

Que o inciso XIV do Artigo 5º da Carta Magna de 1988 observa que "É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional. (Grifo da ABI).

O sigilo da fonte – sabemos – é garantido por lei somente a jornalistas, assegurando o seu direito de acesso a todas as fontes para melhor informar à opinião pública.

São aberrações flagrantes.

Jornais, revistas e outras publicações multiplicam-se por todo o país sem que sejam atendidas as exigências mais elementares como o Registro do Título da publicação no INPI e Registro do Jornal/Revista no Cartório Civil das Pessoas Jurídicas, e a indicação do nome e Registro Profissional do Jornalista que exercerá as funções de Editor.

Ignoram-se as exigências da Lei 6015 (31.12.1973), descumpre-se o Decreto 83.284 (13.03.1979), burla-se o Decreto 53.263 (13.12.1963) e muito menos respeita-se a Lei de Imprensa (Nº 5.250, de 09.02.1967). Esta última ainda contém alguns resquícios de autoritarismo; mas é a que temos, por conta da lentidão do parlamento em aprovar a nova Lei de Imprensa tramitando no Congresso Nacional.

Nossa luta tem sido em defesa do mercado de trabalho e na preservação da dignidade profissional dos jornalistas.

O Conselho de Comunicação Social surge, agora, após tantos anos de espera, como a nossa esperança maior de sua atuação, também, no ordenamento do Jornalismo Alternativo/Comunitário que sabemos ser um forte instrumento no processo de democratização da informação.

A Associação Brasileira de Imprensa, através de sua Comissão de Sindicância e o seu Departamento de Imprensa Comunitária, espera contar muito com os esclarecimentos de V.Sª. e dos demais respeitáveis Conselheiros.

Certos de sua atenção e no aguardo de uma resposta, firmamo-nos

Atenciosamente – **Carlos Arthur Pitombeira**, Secretário.

ANEXO IV

Congresso Nacional Conselho de Comunicação Social

OF.CCS Nº 7/2002

Brasília, 9 de agosto de 2002

Exmº Sr.

Ministro Nelson Jobim

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

NESTA

Senhor Presidente,

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional (art. 224 da Constituição Federal), em sua terceira reunião regular, realizada no último dia 5 de agosto, por unanimidade, decidiu vir à presença desse respeitado Tribunal, para expor suas preocupações relativamente a disposição da Resolução do TSE nº 20.988, de 21 de fevereiro de 2002.

Agiu bem esse Egrégio Tribunal ao exigir que emissoras de rádio e televisão mantenham posição isenta no curso das campanhas, sem o que restaria maculada a própria legitimidade do processo eleito-

ral. Razão por que representa a referida Resolução do TSE um esforço de mérito neste sentido.

Ocorre que a redação do art. 19, III, da supramencionada Resolução, se impede às emissoras favorecer candidatos, partidos ou coligações, também impede que a sociedade civil possa se expressar, livremente, em relação a esses candidatos. E essa homogeneização, segundo entende o Conselho, também poderia macular a legitimidade do processo eleitoral.

Em razão do exposto, requer do Tribunal uma reflexão no sentido de conciliar esses interesses, preferentemente, ainda no atual processo eleitoral, garantindo isenção e pluralismo nos noticiários da rádio e televisão, mas também garantindo o direito à opinião – e, em essência, a própria Democracia.

Respeitosamente – Conselheiro **Jose Paulo Cavalcanti Filho**, Presidente.

ANEXO V

Grupo de Empresas de Antenistas do Rio de Janeiro
Caixa Postal: 70552 – Taquara – RJ.
Cep: 22741 -970. coletivas@ig.com.br

Venho através desta, comunicar-lhe que trabalhamos com antenas coletivas comunitárias de sinais aberto no ar e na parabólica, nas comunidades carentes (favelas) do Rio de Janeiro, atuamos neste tipo de serviço antes da lei de tv a cabo, o seja com antiga DISTV, hoje o DTVA o qual o PL4904/2001 se trata.

Estamos procurando vários caminhos como uma parceria com a outorgada Net Rio, uma vez que esta mesma concessionária viabilizou com outra empresa multinacional, Tv Roc na comunidade da Rocinha, e em Petrópolis a firma outorgada (Rca Company) fez parceria com o grupo de antenistas locais viabilizando assim, a oficialização dos sistemas de antenas coletivas.

Contamos com seu apoio, favor abrir os arquivos anexados obrigado Giovander. (OBS)

Aproximadamente 100 mil (cem mil) famílias estão sendo beneficiadas com os nossos serviços. (a onde está a nossa constituição, que da direito a todos o acesso a comunicação) GEAIRJ.

(Textos encaminhados juntamente com o Ofício)

**AS COMUNIDADES CARENTES (FAVELAS)
DO RIO DE JANEIRO AGRADECEM
O PROJETO DE LEI. 4904/2001**

O Projeto de Lei Nº 4904/2001, trata-se um sistema de antenas coletivas, ou seja: A distribuição de Tv via cabo, apenas de sinais aberto,não codificados

das emissoras Brasileiras de televisão no ar, ou da parabólica.

O qual irá beneficiar aproximadamente 100.000 (cem mil) moradores, de comunidades carentes (favelas) que já dispõem desse trabalho. E com preços módicos podemos atender as comunidades de baixa renda (favelas), tendo em vista que os preços cobrados pelas grandes operadoras de Tv por assinatura, fogem até mesmo ao poder de aquisição da classe média alta.

Temos no Rio um grupo de antenistas e desejamos legalizar os nossos sistemas nas comunidades carentes (favelas) do Rio de Janeiro ajudando assim a resolver parte do problema da "exclusão digital".

Temos experiência neste tipo de prestação de serviço, pois atuamos desde 1988, trabalhamos de forma atuante, corpo a corpo com o usuário, sabemos quanto e como eles podem pagar, bem quantos nas mensalidades como taxa de instalação de pontos adicionais. Instalamos gratuitamente sem nenhum ônus posterior as associações de moradores, DPOS (departamento de polícia ostensivo), creches públicas e escolas públicas, tais como viabilizamos descontos especiais para deficientes físicos.

O trabalho que fazemos em certas comunidades carentes, consideradas mais violentas, dominadas inclusive pelo tráfico de drogas, caiu visivelmente o consumo de entorpecentes de crianças e adolescentes do local no passar dos anos, pois as mesmas não mais ficam nas ruas e vielas das favelas a mercê dos traficantes, pois hoje tem televisão com qualidade de imagem para assistir.

Obrigado e que deus nos abençoe.

Fale conosco. *Coletivas@ig.com.br; telecom@bol.com.br*

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

PROJETO DE LEI Nº 4.904, DE 2001

Cria o serviço de Distribuição de Sinais de IV Aberta – DIVA.

Autor:Deputado **Salvador Zimbaldi**

Relator:Deputado **Silas Câmara**

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 4.904, de 2001, do Deputado Salvador Zimbaldi, cria o Serviço de Distribuição de Sinais de IV Aberta – DIVA, destinado a distribuir, via cabo, sem exclusividade, os sinais das emissoras brasileiras de televisão aberta.

O autor lembra que havia o Serviço de Distribuição de Sinais de IV por Meios Físicos – DISTV, regulado pela Portaria nº 250, de 13 de dezembro de 1989.

Com a criação do Serviço de IV a Cabo, pela Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, o DISTV foi descontinuado, conforme prevê o artigo 42 daquela lei e as empresas que o exploravam puderam se transformar em operadoras do Serviço de IV a Cabo.

Ocorre que o Serviço de IV a Cabo exige uma estrutura maior e mais complexa e muitos operadores do DISTV não tiveram condições de pleitear a passagem para o novo serviço e tiveram canceladas suas outorgas, de acordo com o § 3º do artigo 42 da citada lei.

Em sua maioria são pequenos operadores, conhecidos no mercado como “antenistas”, que prestam um serviço bastante simples: captam o sinal das emissoras de IV aberta e o distribuem via cabo a assinantes da localidade, cobrando para isto um preço módico, bastante inferior ao das televisões por assinatura.

O serviço é prestado em áreas onde a televisão aberta é captada deficientemente, como em áreas de “sombra” causadas por morros. Atende, normalmente, a população de baixa renda, para a qual é cara a mensalidade das televisões por assinatura.

No prazo regulamentar não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Voto do Relator

O serviço que o projeto regula é, exatamente, o dos antenistas, qual seja a distribuição via cabo apenas de sinais das emissoras brasileiras de televisão aberta.

Obviamente o serviço só terá clientela em áreas onde o sinal das televisões abertas é captado deficientemente, pois é difícil imaginar que alguém pague pelo sinal se este estiver disponível, com boa qualidade, captado pela antena do aparelho de televisão comum.

Para as emissoras de televisão aberta não há prejuízo. Pelo contrário, terão vantagens, já que a melhor distribuição de seus sinais aumentará a sua audiência.

De qualquer forma, a receita dos operadores do DIVA virá do cliente final que capta o sinal de IV e não da receita publicitária da emissora de IV aberta, e esta receita de publicidade tenderá a crescer em face do aumento da audiência.

Lembre-se, ainda, que o projeto impede que a prestadora de DIVA tenha qualquer participação dos

operadores de serviços de televisão por assinatura, bem como de prestadoras de serviços de telecomunicações e de radiodifusão, conforme está estabelecido em seu artigo 3º.

Há que considerar, ainda, que muitos dos operadores do antigo DISTV não puderam se transferir para o Serviço de IV a Cabo e operam precariamente, muitos sustentados por medidas judiciais. O projeto de lei, se aprovado, regularizará a sua situação, conforme prevê o seu artigo 5º Trata-se de empresas de pequeno porte, que não causarão mudanças perceptíveis no mercado, mas que geram renda e empregos, como bem apontou o ilustre autor.

Por estes motivos nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.904, de 2001.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2001 – Deputado **Silas Câmara**, Relator.

ANEXO VI

Roteiro de Trabalho da Comissão de Tecnologia Digital

1) Elaboração de um relato sobre a evolução dos estudos e debates desenvolvidos sobre a introdução da tecnologia digital na comunicação social eletrônica no Brasil.

2) Listagem de fontes essenciais e subsidiárias para o debate da introdução da tecnologia digital na comunicação social eletrônica no Brasil.

3) Análise de toda a documentação (pronunciamentos, projetos, audiências, etc.) produzida no Congresso Nacional sobre o assunto.

4) Realização, pela Comissão, de audiências públicas com os representantes dos quatro padrões tecnológicos (ATSC, DVB, ISDB e DMB), indagando sobre os argumentos que estes têm a apresentar sobre a conveniência de adoção do seu padrão no país.

5) Mapeamento e identificação das posições até agora assumidas pelas principais instituições estatais, empresariais e da sociedade civil sobre o assunto: Ministério das Comunicações, Anatel, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Cultura, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Escola Superior de Guerra, Abert, Abratel, UniTV, Abta, Eletros, Abinee, SEI, Fenaj, Fitert, Aneate (e Sindicatos de Artistas), Stic, Sindicine, entre outros.

6) Realização, pela Comissão, de audiência pública com os representantes do Laboratório de Siste-

mas Integráveis (LSI) da Escola Politécnica da USP, que vem desenvolvendo pesquisas sobre TV Digital.

7) Elaboração de um roteiro de indagações e pesquisas a serem desenvolvidas pela Comissão ou por especialistas, pesquisadores ou instituições convidadas que se disponham a contribuir com a Comissão e o Conselho.

8) Elaboração de uma lista de pontos de consenso assumidos pelo Conselho que expressem o acúmulo do debate desenvolvido e que constituam propostas de diretrizes ou elementos balizadores das definições a serem adotadas na implementação da tecnologia digital na comunicação social eletrônica.

9) Divulgação ampla de convite para uma reunião da Comissão com representantes de universidades e das entidades acadêmicas da área das Comunicações (Intercom, Compós, UCBC, etc.) que se disponham a participar de trabalhos no auxílio ao Conselho e indiquem especialistas ou pesquisadores que tenham trabalhos desenvolvidos, estejam com pesquisas em desenvolvimento ou se disponham a adotar pautas de trabalho apresentadas pelo Conselho.

10) Abertura de espaço, na página do Conselho na Internet, para que entidades ou cidadãos em geral apresentem propostas ou se manifestem sobre o tema da digitalização, como subsídio para as posições do Conselho.

11) Designação de uma equipe de secretaria do Conselho para apoiar essas atividades.

12) Desenvolvimento das atividades acima referidas até o final da segunda quinzena de outubro deste ano e definição de uma posição do Conselho a ser apresentada ao Congresso, mais especificamente à Mesa do Senado, até o início de novembro.

ANEXO VII

Empresas que já Receberam Autorização da Anatel para Executar o Serviço de Comunicação Multimidia – SCM

- TCO/S/A
- Blue Sky Comunicações Ltda.
- Transit do Brasil Ltda.
- Galáxia Administração e Participação S/A
- IFX Telecomunicações do Brasil Ltda.
- Takano On Line Ltda.
- Grostec Comercial Ltda. EPP
- Canbras Net Ltda.
- Emergia Brasil Ltda.
- Telefônica Empresas S/A
- MMDSC Comunicações S/A

- Global Village Telecom Ltda.
- Compuservice Ltda.
- AT&T Global Network Services Brasil Ltda.
- Frasabc Informática e Cia. Ltda.
- Convergia Telecomunicações do Brasil Ltda.
- Konecta Telecomunicações Ltda.
- TDKOM Informática Ltda.
- Velloce Telecom Ltda.
- Acom Comunicações S/A
- Conceito Comunicação & Marketing Ltda.

ANEXO VIII

XVI Encontro da ABEPEC Salvador – Bahia

Salvador (BA), 30 de agosto de 2002.

Excelentíssimo Senhor
Doutor José Paulo Cavalcante
D.D. Presidente do Conselho de
Comunicação Social
Brasília – DF

Senhor Presidente:

A Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC, entidade que congrega as emissoras geradoras de televisão pública do País, vem, mui respeitosamente, externar a urgente e imperiosa necessidade de alterar e atualizar as normas que regem a chamada radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

A legislação em vigor, oriunda do período autoritário, impõe uma camisa de força às emissoras educativas (hoje mais adequadamente conhecidas como públicas), que não se coaduna com o texto constitucional vigente (art. 223), que preconiza a complementariedade dos sistemas público, privado e estatal, e a regionalização da produção de programas de rádio e televisão.

Em razão do exposto, a ABEPEC apresenta a V. Ex^a. dois tópicos que considera relevantes como temas de reflexão, e também uma proposta contendo três artigos que consubstanciam a posição da entidade sobre o assunto, visando a apreciação por V. Ex^a e inclusão na proposta de futura Lei:

a) a União tem competência privativa para legislar sobre radiodifusão, de acordo com o disposto no art. 22, IV da Constituição Federal.

A legislação que trata desta matéria ainda é o Código Brasileiro de Telecomunicações, expresso na Lei nº 4.117, de 27/O 8/1962, e que está, portanto, completando 40 anos de existência.

O Código não cuida, em nenhum dos seus artigos, da questão de doações, patrocínios ou publicidade no que diz respeito à Radiodifusão Educativa. Aliás, não há no Código qualquer referência à Radiodifusão Educativa.

O Decreto-Lei nº 236, de 27/02/1967, contudo, que foi baixado pelo regime militar para complementar e modificar o Código, foi o primeiro diploma legal que fez a separação entre Radiodifusão e Radiodifusão Educativa e, ao fazê-lo, impôs restrições absolutamente inadequadas, dispostas, principalmente, no caput do art. 13 e em seu parágrafo único.

"Art. 13 A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates."

Parágrafo único: A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos".

Cumpre observar que, desde o início, o caput do artigo supracitado jamais foi cumprido por qualquer das emissoras educativas, enquanto que o disposto no seu parágrafo único sempre foi levado à risca, principalmente pelos órgãos fiscalizadores, em virtude da pressão exercida pelas emissoras comerciais. Interessante, também, observar que o texto legal só se refere à televisão educativa, não havendo nenhuma restrição para a rádio educativa.

A vedação a que se refere o art. 13 do Decreto-Lei nº 236 foi implicitamente revogada quando da promulgação da Lei nº 7.505, de 02-7-1986, também conhecida como Lei Sarney, que instituiu benefícios fiscais às operações de caráter cultural e artístico. Esta lei previa expressamente que as pessoas jurídicas que viessem a produzir tais operações pudessem receber doações, patrocínios e investimentos e, ainda, que pudessem divulgá-los. O art. 2º, VI, da Lei Sarney incluiu, entre as operações passíveis de ser incentivadas, a produção de vídeos, filmes e outras formas de reprodução videofonográfica de caráter cultural.

A revogação implícita do Art. 13 está respaldada pelo Art. 2º, parágrafo 1º da Lei de Introdução ao Código Civil que estabelece: "A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior".

A Lei Sarney foi posteriormente revogada, mas, em 23/12/1991, foi promulgada outra, a Lei nº 8.313, que ficou conhecida como Lei Rouanet, que não só restabelece os princípios contidos na Lei Sarney como ainda inclui expressamente como área cultural incentivável, em seu Art. 25, IX, "a rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não comercial".

A tudo isto se deve acrescentar a posição adotada na elaboração da Constituição de 1988.

Analisando alguns de seus dispositivos, verifica-se que, embora o Estado continue sendo o poder concedente dos serviços de radiodifusão, ele não tem mais o poder de restrição que lhe era assegurado à época do Decreto-Lei nº 236. Isto está expressamente normatizado no § 1º do art. 220, que dispõe: "nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação".

Além disto, essa mesma Constituição, no art. 221, determina que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão deverão atender, preferencialmente, às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e, ainda, que tais emissoras deverão promover a regionalização dessa produção.

Por tudo isto, à luz do espírito desses dispositivos, é impossível sustentar as restrições contidas no disposto do art. 13 do Decreto-Lei nº 236.

b) a Lei nº 9.637, de 15/05/98, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e que transformou a Fundação Roquette-Pinto em Organização Social, modificando a sua qualificação jurídica, de Fundação de Direito Público para Associação de Direito Privado, prevê em seu art. 19 que:

"As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos."

A Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, de conseguinte, Organização Social originada da extinta Fundação Roquette Pinto, e à qual está vinculada a TVE do Rio de Janeiro, uma das emissoras componentes da ABEPEC, possui respaldo legal para a veiculação de publicidade institucional, o que caracteriza, inegavelmente, um precedente normativo.

De outra parte, a missão da Radiodifusão Pública, que representa a efetivação do princípio constitu-

cional do artigo 223, da complementaridade, na radiodifusão, dos sistemas público, privado e estatal, só poderá ser exercida em sua plenitude se contar com independência editorial, principalmente em relação ao Ente Estatal que a subvencione.

c) Em função do exposto, a ABEPEC submete à apreciação de V. Exa. urna proposta inicial contendo três artigos que resumem os princípios que norteiam a sua atuação e as demandas que precisam ser atendidas para viabilizar a sobrevivência das emissoras que representa:

Das rádios e televisões públicas

Art. 1º As Rádios e Televisões Públicas destinar-se-ão a propiciar o desenvolvimento e a formação integral do homem, a prestar serviços públicos e a preservar a identidade cultural da Nação, incorporando os valores regionais, através de uma programação educativa, cultural e informativa.

Paragrafo único. Esta programação a ser veiculada pelas Rádios e Televisões Públicas deverá obedecer aos seguintes princípios:

a) a defesa dos direitos humanos e da informação como instrumento de cidadania;

b) a valorização dos programas como complemento às ações educadora e formadora da família e da escola".

c) a defesa do entretenimento saudável e enriquecedor, que demonstre respeito à inteligência e à sensibilidade dos ouvintes e telespectadores, sobre tudo das crianças;

d) a defesa da pluralidade, da diversidade e direitos das minorias, valorizando as culturas regionais e a identidade nacional;

e) a valorização da criatividade e da inovação na produção de programas educativos e culturais;

f) a valorização da análise e do espírito crítico e questionador como forma de estimular a busca de conhecimento e de informação;

g) a defesa da não submissão às imposições mercadológicas, em respeito aos ouvintes e telespectadores como cidadãos.

Art. 2º As Rádios e Televisões Públicas poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de progra-

mas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos.

Art. 3º Somente poderão executar serviços próprios das Rádios e Televisões Públicas, que deverão necessariamente dispor de autonomia editorial:

a) a União;

b) os Estados e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras, Públicas (Federais, Estaduais ou Municipais) e Privadas;

d) as Fundações, Associações e Organizações Sociais constituídas no País, sem fins lucrativos e cujos Estatutos prevejam autonomia administrativa, financeira e editorial.

§ 1º As Universidades, Fundações, Associações e Organizações Sociais deverão, comprovadamente, possuir recursos próprios para executar o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para Rádios e Televisões Públicas não dependerá da publicação de edital, e os canais serão aqueles atualmente identificados com a letra "E" ao lado do número, nos respectivos Planos Básicos de Distribuição de Canais.

§ 3º As atuais concessões de radiodifusão educativa passam a designar-se concessões de radiodifusão pública, devendo os respectivos outorgados adaptar-se às disposições desta Lei no prazo de um (um ano) contado de sua publicação.

§ 4º A regulamentação para a outorga de canais para Rádios e Televisões Públicas será objeto de ato específico, a ser baixado pelo Poder Executivo.

Na certeza de estar contribuindo para o aperfeiçoamento da Radiodifusão brasileira em direção à sua vocação de instrumento do exercício da cidadania, a ABEPEC, que representa todas as emissoras educativas e culturais do País, coloca-se à inteira disposição para futuros contatos que se façam necessários, visando ao aperfeiçoamento da atual proposta.

Atenciosamente. – **Jorge da Cunha Lima**, Diretor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Paulo Cavatanti Filho – Representante da sociedade civil) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h33min.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA	
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Adir Gentil
	- Roberto Saturnino	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		ALAGOAS	
PFL	- Bello Parga	PMDB	- Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	
PSB	- Ademir Andrade	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Bernardo Cabral
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	PDT	- Jefferson Péres
PFL	- José Jorge	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ	
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PDT	- Osmar Dias
PFL	- Romeu Tuma	PMDB	- Roberto Requião
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	PDT	- Álvaro Dias
MINAS GERAIS		ACRE	
PFL	- Francelino Pereira	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Nabor Júnior
PL	- José Alencar	BLOCO	- Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	- Carlos Bezerra	PFL	- Lindberg Cury
PFL	- Jonas Pinheiro	PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PFL	- Leomar Quintanilha
PMDB	- Pedro Simon	BLOCO	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ	
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PMDB	- Sérgio Machado	PDT	- Sebastião Rocha
BLOCO	- Reginaldo Duarte (PSDB)	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PTB	- Wellington Roberto	BLOCO	- CHICO SARTORI (PSDB)
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Ney Suassuna	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Paulo Hartung	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	Alberto Silva		

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Aldo Rebelo¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
LÍDER DA MINORIA Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	LÍDER DA MINORIA Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco PT/PPS-SP) ² Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(Atualizada em setembro de 2002)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 16h.

² Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOVSKI HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2002

COMISSÕES DE TRABALHO

Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslovski Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)

Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslovski Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Regina Daiva Festa (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 10.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca¹
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ³	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Becerra	MT	2291	2. (vago) ⁴		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1476	5. Gerson Canella	ES	3203

PFL					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff ⁵	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁶	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁷		
Belo Parga ⁸	MA	3060	3. Moacirido Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Omellas	BA	2212	4. Jonas Pinheiro	MT	2271

Bloco (PSDB/PPB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁹	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) ¹⁰	PI	3095	3. (vago) ¹¹		

Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ¹²					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Heloísa Helena (PT)	AL	3197	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹³	ES	1129

PSB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Roberto Salumino (PT) ¹⁴	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051					

Atualizada em agosto de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002.

³ Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁵ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002.

⁶ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador Frota Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁸ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002. Heassumi o mandato em 2.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

⁹ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

¹⁰ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹¹ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹² Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹³ Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹⁴ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

Composição¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
(vago) ²	1º Corregedor Substituto
(Vago) ³	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

- ¹ Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.
- ² Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001.
- ³ Vaga ocupada pelo Senador Joel de Hollanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1º Designação: 16.11.1995

2º Designação: 30.06.1999

3º Designação: 27.06.2001

PROCURADORES¹

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
Juvêncio da Fonseca	MS	1128
Gerson Carnata	ES	3203
PFL		
Bernardo Cabral	AM	2081
Bloco (PSDB/PPB)		
Eduardo Siqueira Campos ²	TO	4070
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/ PPS)³		
PDT		
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061

Atualizada em abril de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Designados em 27.06.2001.

² Designado na Sessão de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002, p. 4664) para a vaga deixada pelo Senador Fernando Matusalém, em virtude do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda de seu mandato de Senador pela representação do Estado de Rondônia (publicado no DSF de 0/3/2002).

³ O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários:	CAE	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
	CAS	- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
	CCJ	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
	CRE	- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francisco Escórcio		3069/3072	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Nabor Júnior	AC	1478/4619	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Alberto Silva	PI	3055/3057	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Valmir Amaral	DF	1961/1963	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	1123
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Lindberg Cury	DF	2011/2017	7 - José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Benício Sampaio	PI	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Péres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
			PTB		
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais

Fernando Bezerra **RN** **2461/2464** **1 - Arlindo Porto** **MG** **2321/2327**

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 09/10/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
 VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
 (05 TITULARES E 05 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1- ROBERTO REQUIÃO
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2- IRIS REZENDE
SUPLENTES		
PFL		
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1- PAULO SOUTO
SUPLENTES		
BLOCO PSDB/PPB		
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
SUPLENTES		
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB		
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1- ARLINDO PORTO

ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001

REUNIÕES: SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: ☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

☎- SECRETARIA: 311-3516/4605 E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344 ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS
Presidente: ROMEU TUMA
Vice-Presidente: MARINA SILVA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

09/10/2002

Atualizada em:

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB

Marluce Pinto RR – 1301/4062

Valmir Amaral DF – 4064/4065

PFL

Geraldo Althoff SC – 2041/2047

Maria do Carmo Alves SE – 4055/4057

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

Heloísa Helena AL – 3197/3199

Emilia Fernandes RS – 2331/2337

PDT

Sebastião Rocha AP – 2241/2247

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB

JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062

PFL

MARIA DO CARMO ALVES	SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217

BLOCO PSDB/PPB

LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)

HELOÍSA HELENA	AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES	RS – 2331/2337

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP – 2241/2247
-----------------	----------------

(1) Desfiliou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Gilvam Borges	AP – 2151/2157
João Alberto Souza	MA – 4073/4074

PFL

Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
VAGO	

BLOCO PSDB/PPB

Benício Sampaio	PI – 3085/3086
Freitas Neto	PI – 2131/2137

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

Tião Viana	AC – 3038/3493
-------------------	-----------------------

PDT

Sebastião Rocha	AP – 2241/2247
------------------------	-----------------------

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 26/04/2000

ATUALIZADA EM:

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves

RELATOR:

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Mauro Miranda 2141/47	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner	SC –
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago	
PFL			
Lindberg Cury 3173/75	DF – 2012/15	1. Paulo Souto	BA –
Maria do Carmo Alves 2211/17	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas	BA –
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		1. Vago	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)			
Emilia Fernandes 2241/47	RS – 2331/37		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	AP –
PSB			
Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 03/10/2001
ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: BERNARDO CABRAL

Vice-Presidente: OSMAR DIAS

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga (2)	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Chico Sartori	RO	2251/2258

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva 3 – José Fogaça	AC	2181/2187 RS	1207/1607

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612
 Atualizada em 09/10/2002

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

(7 TITULARES E 7 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB – 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildelete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- *Retirada as indicações pelas Lideranças*
- *em 6 e 13.9.2000.*

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: RICARDO SANTOS

Vice-Presidente: MOREIRA MENDES

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves (Vaga cedida ao PTB)	SE	4055/4057	Paulo Souto Antonio Carlos Júnior	BA	3173/3175 BA 2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos 2 – Sebastião Rocha	DF	2341/2347 AP 2241/2247

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
3276**

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92

PFL

FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57

BLOCO (PSDB/PPB)

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)

GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84

PSB

ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
		PDT	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (BANCADA DO LIVRO)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
JOSÉ SARNEY MARLUCE PINTO	AP-3429/31 RR-1101/1201	1-GERSON CAMATA 2-MAURO MIRANDA	ES-3203/04 GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR FRANCELINO PEREIRA	BA-2191/96 MG-2414/17	1-WALDECK ORNÉLAS 2-MARIA DO CARMO ALVES	BA-2211/17 SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS LÚCIO ALCÂNTARA	ES-2022/24 CE-2303/08	1-FREITAS NETO 2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	PI-2131/37 AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO – PT	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: ^a FEIRA ÀS HORAS

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006

ATUALIZADA EM: 16/05/02

FAX: 311-3121/ 1319

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
		PDT	
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

REUNIÃO: 1ª FEIRA ÀS HORAS

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006

FAX: 311-3121/ 1319

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JEFFERSON PÉRES

Vice-Presidente: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripíno	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230		PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :09/10/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI
Presidente: ALBERTO SILVA
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Valmir Amaral	DF	1961/1066	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070//4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfiliou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno) Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em : 09/10/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
PFL			
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)			
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
PDT			

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Péres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade		PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em : 09/10/2002

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTES)**

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		

PFL

MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
-----------------------	-------------------	---------------------------	-------------------

BLOCO (PSDB/PPB)

VAGO (4)	1-RICARDO SANTOS	ES-
	2022/24	

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)

PDT

JEFFERSON PERES AM-2061/67

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

**SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060**

**ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 05/03/2002**

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY
--

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretaria-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes

(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	·05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÉA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

www.camara.gov.br/mercosul

e_mail - cpcm@camara.gov.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**ug = 030002
gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

**02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 78 PÁGINAS